



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

Março/2007



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

RELATÓRIO DE GESTÃO DA SRF - ANO 2006 -
Elaborado em cumprimento ao disposto nos artigos 81 a 84 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; nos artigos 145 a 154 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; nos artigos 6º ao 9º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; na Instrução Normativa TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004, e na Decisão Normativa TCU nº 81, de 06 de dezembro de 2006; na Portaria CGU nº 555 e na Norma de Execução CGU nº 03, ambas de 28 de dezembro de 2006.



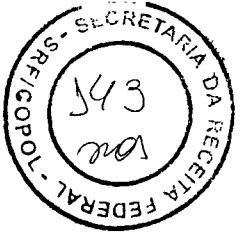
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA

1. Secretaria da Receita Federal
2. CNPJ: 00.394.460/0058-87
3. Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo Federal
4. Vinculação Ministerial: Ministério da Fazenda
5. Endereço: Esplanada dos Ministérios – Edifício Sede do Ministério da Fazenda –, Bloco P, 6º Andar, Sala 605, Brasília-DF, CEP 70.048-900, telefones nºs (61) 3412-2646/2647/2648/2649, facsímile nº (61) 3412-1725
6. Endereço da página institucional na Internet: www.receita.fazenda.gov.br
7. Código e nome do órgão: 25801- Receita Federal do Brasil

Código e nome das Unidades Gestoras:

- 170010- Secretaria da Receita Federal – Brasília/DF
- 170289- Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Brasília
- 170290- Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Campo Grande
- 170291- Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Belém
- 170292- Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Manaus
- 170293- Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Fortaleza
- 170294- Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Recife
- 170295- Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Salvador
- 170296- Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Belo Horizonte
- 170297- Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Juiz de Fora
- 170298- Delegacia da Receita Federal de Julgamento do Rio de Janeiro
- 170299- Delegacia da Receita Federal de Julgamento de São Paulo
- 170301- Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Campinas
- 170302- Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Curitiba
- 170304- Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Florianópolis
- 170305- Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Porto Alegre
- 170306- Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Santa Maria
- 170307- Delegacia da Receita Federal de Julgamento Ribeirão Preto
- 170384- Delegacia da Receita Federal de Julgamento no Rio de Janeiro
- 170390- Delegacia da Receita Federal de Julgamento de São Paulo II



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

170279- Corregedoria-Geral - COGER

170339- Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação - COPEI

Código e nome da Gestão: 00001 – Tesouro Nacional

8/9. Norma de Criação e Finalidade da Unidade Jurisdicionada; e Norma que estabeleceu a estrutura orgânica no período de gestão sob exame;

A Secretaria da Receita Federal foi criada pela Lei nº 8.490/92. Atualmente, sua estrutura está definida no Decreto nº 5.949, de 30 de outubro de 2006, que dispõe, em seu art. 8º, sua competência, citada como finalidade no art. 1º da Portaria MF nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, conforme relacionada a seguir:

- planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal;
- propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação e a consolidação da legislação tributária federal;
- interpretar e aplicar a legislação fiscal, aduaneira e correlata, editando os atos normativos e as instruções necessárias à sua execução;
- estabelecer obrigações tributárias acessórias, inclusive disciplinar a entrega de declarações;
- preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários da União, relativos aos tributos e contribuições por ela administrados;
- acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos na economia do País;
- dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação, recolhimento e controle dos tributos e contribuições e demais receitas da União, sob sua administração;
- realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, bem assim coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;
- propor medidas destinadas a compatibilizar os valores previstos na programação financeira federal com a receita a ser arrecadada;
- estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais, ressalvada a competência de outros órgãos que tratem desses assuntos;
- promover atividades de integração, entre o fisco e o contribuinte, e de educação tributária, bem assim preparar, orientar e divulgar informações tributárias;
- formular e estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

- celebrar convênios com os órgãos e entidades da Administração Federal e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades e realização de operações conjuntas;
- gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, a que se refere o Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975;
- participar da negociação e de implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária, ressalvadas as competências de outros órgãos que tratem desses assuntos;
- dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos;
- dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar o controle do valor aduaneiro e de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas, ressalvadas as competências do Comitê Brasileiro de Nomenclatura;
- dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas com nomenclatura, classificação fiscal e origem de mercadorias, inclusive representando o País em reuniões internacionais sobre a matéria;
- participar, observada a competência específica de outros órgãos, nas atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, e à lavagem de dinheiro;
- administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, ressalvadas as competências de outros órgãos;
- articular-se com entidades e organismos internacionais e estrangeiros com atuação no campo econômico-tributário, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes; e
- orientar, supervisionar e coordenar as atividades de produção e disseminação de informações estratégicas na área de sua competência, destinadas ao gerenciamento de riscos ou à utilização por órgãos e entidades participantes de operações conjuntas, visando à prevenção e o combate às fraudes e práticas delituosas no âmbito da administração tributária federal e aduaneira.

10. Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada:

Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 04 de março de 2005.

11. Função de Governo predominante: 04 – Administração.

12. Tipo de Atividade: Administração Tributária e Aduaneira.

13. Situação da Unidade: em funcionamento



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

Relatório de Gestão da SRF – 2006

- 1. A INSTITUIÇÃO**
- 2. CONTROLE DE GESTÃO**
- 3. GESTÃO OPERACIONAL**
 - 3.1. ATIVIDADES-FIM DA SRF**
 - 3.2. PPA 2004/2007 - PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA**

Demonstrativo de Realização das Metas Físicas do PPA
 - 3.3. INDICADORES DE GESTÃO**
 - 3.4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2006**
 - Arrecadação
 - Controle e Recuperação do Crédito Tributário
 - Fiscalização de Tributos Internos e Aduaneiros
 - Controle Aduaneiro
 - Atendimento ao Contribuinte
 - Controle de Mercadorias Apreendidas
- 4. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**
- 5. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**
 - 5.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMAS DE GOVERNO**
 - 5.2. FLUXO FINANCEIRO DO PROJETO DE REAPARELHAMENTO, ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO DOS POSTOS ADUANEIROS - NACIONAL**
 - 5.3. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA**
 - 5.4. DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DOS VALORES GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO**

ANEXOS:

- I. DEMONSTRATIVO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS EFETIVOS – ANO 2005**
- II. RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TCU E PELA CGU/SFC**
- III. RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS**



1. A INSTITUIÇÃO

A Secretaria da Receita Federal é o órgão central de direção superior da Administração Tributária, subordinado diretamente ao Ministro da Fazenda, exercendo as funções básicas de controle, normatização, arrecadação e fiscalização dos tributos - inclusive os aduaneiros - e contribuições federais. Atua também, em nível de assessoramento, na formulação das políticas tributária e aduaneira do País e é responsável, ainda, pelo julgamento, em primeira instância, do contencioso administrativo-fiscal.

A SRF tem como **Missão Institucional**:

- prover o Estado de recursos para garantir o bem-estar social;
- prestar serviços de excelência à sociedade;
- prover segurança, confiança e facilitação para o comércio internacional.

A atuação da SRF e o comportamento de seus servidores e agentes se norteiam pelos seguintes valores: respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a Instituição, legalidade e profissionalismo. (**Valores Institucionais**)

A SRF busca ser reconhecida pela sociedade como uma organização justa e sólida, que presta serviços de excelência ao cidadão, dotada de política moderna de gestão de pessoas e que seja um padrão de referência nacional e internacional. (**Visão de Futuro**)

À Secretaria da Receita Federal compete:

- planejar e executar as atividades de administração tributária federal - fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação, recolhimento e controle - relativamente aos tributos e contribuições de sua competência;
- planejar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito ao alfandegamento de áreas e recintos e ao controle do valor aduaneiro e preços de transferência;
- reprimir, nos limites de sua alçada, o contrabando, o descaminho e o tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins;
- interpretar e aplicar a legislação tributária federal e aduaneira, baixando os atos normativos e instruções para a sua fiel execução, e propor medidas para o seu aperfeiçoamento;
- promover atividades de integração fisco-contribuinte e de formação de futuros contribuintes;
- preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários da União, relativos aos tributos e contribuições por ela administrados;



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

- realizar a previsão e a análise das receitas tributárias da União e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;
- estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os seus efeitos;
- acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos na economia do País;
- formular e estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;
- administrar, controlar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex, ressalvadas as competências de outros órgãos;
- promover a integração com os demais órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, bem como com as demais entidades de direito público ou privado, mediante convênios para permuta de informações, métodos e técnicas de ação fiscal e para a racionalização de atividades;
- participar da negociação e da implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes a matéria tributária.

A ESTRUTURA DA SRF

A Secretaria da Receita Federal foi criada pela Lei nº 8.490/92; sua estrutura atual é definida pelo Decreto nº 5.949, de 31 de outubro de 2006, e em seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 030, de 25 de fevereiro de 2005.

A estrutura básica da SRF é composta por unidades centrais e descentralizadas. As centrais desenvolvem atividades normativas, de supervisão e de planejamento, enquanto que as descentralizadas desenvolvem funções de supervisão e operacionais, sob as diretrizes das unidades centrais.

A estrutura administrativa da SRF foi idealizada tendo em vista os seguintes objetivos:

- apresentar a administração tributária como uma representação única frente ao contribuinte, com igualdade de procedimentos em todo o território nacional;
- dotar a organização de um estilo dinâmico de administração, capaz de gerenciar vários tributos, maximizando a utilização dos recursos humanos e materiais;
- definir critérios claros e eficientes de descentralização, com grande autonomia de execução dos órgãos locais de “ponta”.

A função de dirigente da instituição é exercida pelo Secretário da Receita Federal, que ocupa o cargo de maior nível hierárquico da SRF, sendo auxiliado por 04 (quatro) Secretários-Adjuntos. Estão diretamente subordinadas ao Secretário as Unidades Centrais, as Superintendências Regionais (SRRF) e as Delegacias de Julgamento da Receita Federal (DRJ).



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

As Unidades Centrais compreendem as Unidades de Assessoramento Direto e as Unidades de Atividades Específicas, a saber:

➤ **Unidades de Assessoramento Direto:**

Gabinete - Gabin: Assiste o Secretário em sua representação social, no preparo e despacho do expediente e no relacionamento com a Imprensa; acompanha as matérias de interesse da Secretaria junto ao Congresso Nacional.

Assessoria Especial - Asesp: Atua nas atividades de apoio técnico-jurídico ao Secretário e seus Adjuntos; assessora o Gabinete no exame e elaboração de proposição de atos legais, regulamentares e administrativos, e de propostas de convênio, de ajuste e de protocolo a serem firmados pelo Secretário; coordena programas, atividades e trabalhos especiais, por designação do Secretário.

Assessoria de Assuntos Internacionais - Asain: Assessorá o Secretário no que se refere à negociação, celebração e aplicação de acordos internacionais de assistência mútua, de intercâmbio de informações de natureza tributária e aduaneira, e para evitar dupla tributação e prevenir a evasão fiscal; presta informações e atendimento a entidades estrangeiras e a organismos internacionais; coordena as atividades dos Adidos Tributários e Aduaneiros junto às Missões Diplomáticas ou às Repartições Consulares brasileiras no exterior.

Coordenação-Geral de Política Tributária - Copat: Realiza estudos econômicos e estatísticos relativos a matéria tributária e aduaneira; produz subsídios à formulação e à avaliação da política tributária; coordena a cooperação técnica entre a SRF e entidades nacionais ou estrangeiras e com organismos internacionais; representa a SRF na Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe); elabora e acompanha a previsão e análise das receitas dos tributos e contribuições administrados pela SRF, bem como o Demonstrativo de Benefícios Tributários (DBT).

Corregedoria-Geral - Coger: Coordena, orienta, executa, controla e avalia as atividades de auditoria interna correicional e demais atividades de correição, com a finalidade de promover ações preventivas e repressivas relativas à ética e à disciplina funcionais dos servidores; verifica os aspectos disciplinares dos feitos fiscais e de outros procedimentos administrativos.

Coordenação Especial de Planejamento e Avaliação Institucional - Copav: Coordena as atividades relacionadas com o planejamento e a avaliação institucional, promovendo a integração das ações das unidades da SRF; avalia, em caráter permanente, o modelo organizacional da SRF, propondo o aperfeiçoamento de processos de trabalho, a criação, a transformação e a extinção de unidades organizacionais.



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

➤ **Unidades de Atividades Específicas:**

Coordenação-Geral de Tributação - Cosit: Planeja e controla as atividades de tributação; interpreta a legislação tributária e correlata, expedindo orientação normativa; e aprecia as propostas de alteração de legislação tributária.

Coordenação-Geral de Administração Tributária - Corat: Planeja, orienta e supervisiona as atividades relacionadas com arrecadação, administração do crédito tributário, atendimento ao contribuinte e administração dos cadastros.

Coordenação-Geral de Fiscalização - Cofis: Planeja, orienta e supervisiona as atividades de fiscalização dos tributos e contribuições administrados pela SRF, exceto as relativas a tributos sobre o comércio exterior.

Coordenação-Geral de Administração Aduaneira - Coana: Planeja, orienta e supervisiona as atividades relativas ao controle aduaneiro do comércio exterior, cabendo-lhe expedir orientação normativa destinada a uniformizar os procedimentos aduaneiros; planeja, orienta e supervisiona as atividades de fiscalização dos tributos sobre o comércio exterior.

Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação - Copei: Planeja, coordena e controla as atividades de pesquisa e investigação sobre as práticas de evasão, contrabando e fraudes fiscais; promove estudos para o desenvolvimento de técnicas de investigação que permitam identificar tais irregularidades fiscais; coordena as atividades de apuração de indícios de crimes contra a ordem tributária, inclusive o contrabando e o descaminho.

Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - Cogep: Planeja, coordena, orienta, supervisiona, controla e avalia as atividades relacionadas com a gestão de pessoas, em articulação com as demais unidades da SRF, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos órgãos central e setorial dos sistemas federais de recursos humanos.

Coordenação-Geral de Tecnologia e Segurança da Informação - Cotec: Formula proposta de política de informação e informática da SRF e coordena, orienta e supervisiona a sua implementação; administra os dados, os sistemas de informação e o programa de segurança de dados e informações da SRF; administra os contratos firmados com os fornecedores de serviços de informática.

Coordenação-Geral de Programação e Logística - Copol: Planeja, orienta e supervisiona as atividades relacionadas com orçamento, programação e execução financeira, contabilidade, recursos materiais e patrimoniais, convênios, licitações, contratos, serviços gerais e mercadorias aquisuídas, em articulação com as demais unidades da SRF, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos órgãos central e setorial dos sistemas federais correlatos.

A estrutura da SRF prevê a divisão do território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal (SRRF), que se



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

subordina diretamente ao Secretário. Às Superintendências compete a supervisão, no limite de suas jurisdições, das atividades de tributação, administração tributária, fiscalização, controle aduaneiro, gestão de pessoas e programação e logística.

Cada uma das dez Superintendências jurisdiciona sua respectiva Região Fiscal:

- 1^a Região Fiscal: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, com sede em Brasília;
- 2^a Região Fiscal: Pará, Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e Amapá, com sede em Belém;
- 3^a Região Fiscal: Ceará, Maranhão e Piauí, com sede em Fortaleza;
- 4^a Região Fiscal: Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, com sede em Recife;
- 5^a Região Fiscal: Bahia e Sergipe, com sede em Salvador;
- 6^a Região Fiscal: Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte;
- 7^a Região Fiscal: Rio de Janeiro e Espírito Santo, com sede no Rio de Janeiro;
- 8^a Região Fiscal: São Paulo, com sede em São Paulo;
- 9^a Região Fiscal: Paraná e Santa Catarina, com sede em Curitiba;
- 10^a Região Fiscal: Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre.

Além das Superintendências Regionais, subordinam-se diretamente ao Secretário da Receita Federal as 18 (dezoito) Delegacias da Receita Federal de Julgamento (DRJ). As Delegacias de Julgamento são Unidades especializadas nas atividades relacionadas ao contencioso administrativo-fiscal, sendo responsáveis pelo julgamento, em primeira instância, das impugnações apresentadas pelos contribuintes contra processos de determinação e exigência de créditos tributários.

Subordinam-se às Superintendências (SRRF) as Unidades locais da SRF, que se classificam em Delegacias, Inspetorias e Alfândegas; às Delegacias estão subordinadas Agências e Inspetorias.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006



UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA SRF	QUANTIDADE
Superintendências	10
Delegacias da Receita Federal de Julgamento (DRJ)	18
Delegacias da Receita Federal (DRF)	105
Delegacias da Receita Federal de Administração Tributária (Derat)	2
Delegacias da Receita Federal de Fiscalização (Defic)	2
Delegacias Especiais de Instituições Financeiras (Deinf)	2
Delegacia Especial de Assuntos Internacionais (Deain)	1
Inspetorias da Receita Federal (IRF)	49
Alfândegas da Receita Federal	21
Agências da Receita Federal	356
TOTAL	566



2. CONTROLE DE GESTÃO

O relatório de acompanhamento do cumprimento e implementação, pelas Unidades Gestoras da Secretaria da Receita Federal abrangidas pelo presente Processo de Tomada de Contas, das determinações e recomendações exaradas pelo TCU e pelos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, elaborado nos termos da **Norma de Execução CGU nº 03/2006**, tópico 3.3.3.4.a, é apresentado no Anexo II deste Relatório de Gestão.

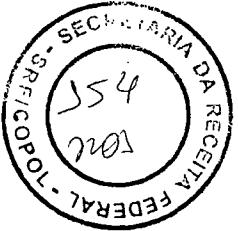
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006



3. GESTÃO OPERACIONAL

3.1. ATIVIDADES-FIM DA SRF - Quadro Resumo

Descrição das atividades	UNIDADE DE MEDIDA	TOTAL
Arrecadação Federal de Tributos e Contribuições		
Receita Administrada Bruta	R\$ milhões	372.267
Receita Administrada Líquida	R\$ milhões	359.006
Despacho Aduaneiro	Declaração	
na Importação	DI	1.580.747
na Exportação	DE	1.398.078
Atendimento pessoal (CAC e Agências)	Serviços prestados	11.280.278
Recepção de declarações	Declaração	
Declarações do imposto de renda de pessoas físicas (ajuste anual)		24.228.586
Declarações de imposto de renda de pessoas físicas, contribuintes isentos		62.351.314
Outras declarações de pessoas jurídicas (DIPJ, DCTF, DIRF e outras)		11.320.191
Declarações do ITR		5.479.853
Auditoria e Fiscalização	Ação fiscal	24.769
Cobrança		
Pessoa Jurídica	PJ cobradas	3.375.651
Pessoa Física	Avisos de cobrança	1.350.743
Processos enviados para inscrição na Dívida Ativa da União	Processos	843.051
Processos Julgados pelas DRJ (1ª Instância)	Processos	55.515
Normas Publicadas	Normas	não quantificado



**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006**

**3.2. PLANO PLURIANUAL DO GOVERNO FEDERAL - PPA 2004/2007
(0770) PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA**

A Secretaria da Receita Federal tem sob sua responsabilidade um único Programa vinculado ao **Plano Pluriannual - PPA 2004-2007** do Governo Federal: o **Programa (0770) Administração Tributária e Aduaneira**.

A consolidação de toda a ação da SRF em um único programa no PPA 2004-2007 visou melhor refletir a realidade da Instituição, que atua de forma integrada na administração dos tributos internos e sobre o comércio exterior - isto é, as atividades exercidas na área do controle e administração fiscal do comércio exterior se sustentam nos mesmos recursos humanos, financeiros, tecnológicos e logísticos alocados no restante das atividades da SRF.

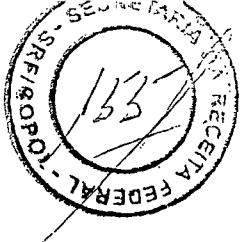
A administração tributária e aduaneira constitui-se num conjunto de ações e atividades, integradas e complementares entre si, que visam garantir o cumprimento pela sociedade da legislação tributária e do comércio exterior e que se materializam numa presença fiscal ampla e atuante, quer seja no âmbito da facilitação do cumprimento das obrigações tributárias, quer seja na construção e manutenção de uma forte percepção de risco pelos contribuintes faltosos.

Essas ações e atividades se sustentam na normatização da legislação tributária e do comércio exterior e num conjunto integrado de sistemas de informação, alimentados por informações cadastrais e econômico-fiscais fornecidas ao Fisco pelos próprios contribuintes ou por terceiros, mediante a apresentação de diversas modalidades de declarações.

Assim, todas as ações que compõem o Programa da SRF - (0770) Administração Tributária e Aduaneira - representam um fluxo único de trabalho, voltado para a obtenção de dois resultados ou produtos finais básicos: a arrecadação aos cofres da União de tributos e contribuições e o controle fiscal e aduaneiro do comércio exterior.

O Programa Administração Tributária e Aduaneira é parte fundamental do esforço governamental de criar um ambiente macroeconômico estável, favorável ao crescimento econômico sustentado, ao saneamento das finanças públicas, bem como para a proteção da sociedade e da indústria nacional, por meio do combate a evasão fiscal, ao contrabando e ao descaminho.

*(Is... Folha alterada por
reclamação da auditoria CGU)*



DEMONSTRATIVO DE REALIZAÇÃO DAS METAS FÍSICAS DO PPA

PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA (0770)

► Indicador de Resultado:

Taxa de realização da Receita Administrada pela SRF

Descrição: Relação percentual entre a arrecadação tributária anual, líquida de restituições, e a previsão de arrecadação tributária, relativamente à Receita Administrada pela SRF.

Unidade de medida: percentagem

Índice apurado: **99,08%**

► Metas Físicas:

AÇÃO	Meta para 2006	Realizado em 2006	% de Realização
2866 AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO			
Produto: SEM PRODUTO DEFINIDO	-	-	-
2013 FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES			
Produto: PROCESSO JULGADO (unidade)	8.900	14.540	163,37%
2237 AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA			
Produto: AÇÃO FISCAL REALIZADA (unidade) (*)	23.300	24.769	106,3%
2238 ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA			
Produto: TRIBUTO ARRECADADO (em R\$ bilhões)	362,3	359,0	99,08%
2242 REMUNERAÇÃO POR SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO			
Produto: DARF RECEBIDO (unidade)	86.215.484	89.287.385	103,56%
2247 SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR - SISCOMEX			
Produto: SISTEMA MANTIDO (unidade) (**)	13	17	130,77%
2248 SISTEMAS INFORMATIZADOS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL			
Produto: SISTEMA MANTIDO (unidade)	114	302	264,91%
2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES			
Produto: PESSOA BENEFICIADA (unidade)	30.411	29.476	96,93%
2010 ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS			
Produto: CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA (unidade)	3.037	2.898	95,43%
2012 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS			
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO (unidade)	19.850	17.508	88,2%
2011 AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS			
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO (unidade)	3.901	3.506	89,87%
3E63 MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA			
Produto: PROJETO IMPLANTADO (% de execução)	56,00%	26,04%	46,50%

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006



Comentários:

(*) No contexto da administração tributária, a missão da fiscalização de tributos internos e aduaneiros é a de elevar a percepção de risco por parte do contribuinte faltoso, aumentando, dessa maneira, o nível de cumprimento voluntário de suas obrigações tributárias e, por consequência, promovendo o incremento da arrecadação. Portanto, a fiscalização busca, sobretudo, resultados indiretos - que se realizam com a elevação do patamar de cumprimento voluntário das obrigações tributárias.

Em função disso, a avaliação do desempenho e do aperfeiçoamento das atividades de fiscalização não pode ser feita apenas a partir da observação do quantitativo de ações fiscais realizadas ou pelos resultados financeiros imediatos dessas ações; ela requer, adicionalmente, a consideração de outros elementos de forte influência nos resultados quantitativos, como modificações na legislação tributária, decisões judiciais de interesse coletivo e fatores macroeconômicos.

Por outro lado, a percepção de risco resulta de uma gama variada de fatores, que atuam de forma complementar, dando efetividade ao poder impositivo do Fisco. Assim, uma eficiente ação fiscalizadora se complementa e se torna efetiva com ações ágeis e tempestivas de cobrança administrativa ou judicial, com sistemas de informação de qualidade, com recursos humanos e tecnológicos de excelência, com um ágil tratamento do contencioso administrativo-fiscal, etc.

(**) A manutenção, atualização e aperfeiçoamento permanente do Siscomex - Sistema Integrado de Comércio Exterior constitui hoje uma ação estratégica, não só para a Secretaria da Receita Federal como para toda a economia brasileira.

Integrando em um único sistema/ambiente informatizado todos os órgãos públicos reguladores e fiscalizadores do comércio exterior - SRF, Banco Central, Secex, Ministérios da Agricultura e da Saúde, e outros - além de milhares de usuários que atuam nessa área - importadores, exportadores, despachantes aduaneiros, companhias de transporte aéreo, marítimo e terrestre, operadores aeroportuários e de recintos alfandegados, dentre outros - o Siscomex representa não só um instrumento imprescindível para a operacionalização das atividades relacionadas ao comércio exterior como também a principal ferramenta de controle administrativo, fiscal, cambial e estatístico do nosso comércio internacional.

Essa relevância estratégica é facilmente percebida ao se analisar as informações gerenciais do Sistema. No ano de 2006, a Receita Federal desembaraçou cerca de 1,58 milhões de Declarações de Importação - DI e aproximadamente 1,40 milhões de Declarações de Exportação - DE, representando acréscimos, respectivamente, de 21,7% e 1,6% m relação às declarações desembaraçadas em 2005. A essas declarações corresponderam cerca de 104,8 milhões de toneladas (aumento aproximado de 11,9%, em relação a 2005) de produtos

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006



importados, no valor total FOB de US\$ 91,4 bilhões, e 425,2 milhões de toneladas (queda em torno de 33,2% sobre 2005) de produtos exportados, no valor total FOB de US\$ 138,2 bilhões.

Por outro lado, a presença de terminais do Siscomex em todo o território nacional, aliada à ampla rede de Unidades da SRF espalhada por todo o país, representa condição essencial para a implementação e consolidação da estratégia de interiorização do despacho aduaneiro, por meio dos "Portos Secos" (atual denominação das antigas EADI - Estações Aduaneiras Interiores) ou de outros recintos alfandegados de zona secundária - fator relevante para a diminuição do chamado "custo Brasil". No ano de 2006 estavam em operação 58 Portos Secos e 5 Centros Logístico e Industrial Aduaneiros, localizados em diversos Estados brasileiros.

Além disso, o Siscomex é um instrumento fundamental de viabilização de vários regimes especiais aduaneiros - como o RECOF (Regime Aduaneiro Especial de Entreponto Industrial sob Controle Informatizado), a Linha Azul (Regime de Despacho Aduaneiro Expresso), o Drawback e outros - também essenciais na busca de competitividade do setor produtivo nacional. Somente com o apoio do Siscomex é possível operacionalizar e expandir esses regimes especiais, sem perda da capacidade de controle fiscal e aduaneiro das operações realizadas. Atualmente, 11 empresas operam regularmente pelo regime da "Linha Azul" e 27 empresas se beneficiam do "RECOF" (posição em 31/12/05).



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

3.3. INDICADORES DE GESTÃO

A Secretaria da Receita Federal utiliza no seu dia-a-dia uma gama variada e extensa de indicadores, notadamente de caráter operacional, com vistas a monitorar os diversos processos de trabalho que executa.

De um modo geral, todos os sistemas informatizados que dão suporte aos processos de trabalho e atividades desenvolvidos pela SRF dispõem de informações e indicadores gerenciais próprios, permitindo aos Administradores exercer um controle adequado desses processos.

Em sua maioria, no entanto, esses indicadores têm alcance apenas parcial e, embora fundamentais para o gerenciamento de processos e atividades internos, não são adequados para a avaliação da Instituição como um todo, em especial no que diz respeito à eficácia e efetividade de sua atuação.

Apresentamos a seguir uma seleção dos indicadores de gestão que, no entendimento da Receita Federal, melhor permitem avaliar a efetividade, a eficácia e a eficiência da Instituição e mensurar seus resultados – complementarmente aos indicadores e metas definidos na Lei do PPA e na LOA, já analisados neste Relatório:

➤ **Indicador de facilitação do comércio exterior:**

- **Tempo médio de despacho aduaneiro na importação - líquido e bruto.**

Fórmula de cálculo: Tempo médio decorrido entre o registro da DI até o seu desembarço, no período.

Fonte: Siscomex Gerencial

Nível organizacional: Nacional

Tempo médio de despacho aduaneiro na importação * (dd:hh:mm)				
Ano	Líquido **	Variação	Bruto	Variação
2002	01:08:06		03:12:13	
2003	01:00:25	-23,94%	03:09:24	-3,34%
2004	00:19:54	-18,50%	03:07:11	-2,72%
2005	00:15:17	-23,20%	02:22:44	-10,67%
2006	00:15:36	+ 2,07%	03:10:48	+17,06%

* Engloba os canais verde, amarelo, vermelho e cinza.

** Exclui os tempos de interrupção do despacho aduaneiro para efeitos de cumprimento, pelo importador/despachante, de exigências feitas pelo Fisco.

- **Tempo médio de despacho aduaneiro na exportação - líquido e bruto.**

Fórmula de cálculo: Tempo médio decorrido entre o registro da DE até o seu desembarço, no período.

Fonte: Siscomex Gerencial

Nível organizacional: Nacional

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006



Tempo médio de despacho aduaneiro na exportação * (dd:hh:mm)

Ano	Líquido **	Variação	Bruto	Variação
2002	01:05:58		01:06:56	
2003	00:20:13	-32,54%	00:21:27	-30,66%
2004	00:19:36	-3,05%	00:20:21	-5,13%
2005	00:13:54	-29,08%	00:15:13	-25,23%
2006	00:11:02	-20,62%	00:12:29	-17,96%

* Engloba os canais verde, laranja e vermelho.

** Exclui os tempos de interrupção do despacho aduaneiro para efeitos de cumprimento, pelo exportador/despachante, de exigências feitas pelo Fisco.

➤ **Indicadores de facilitação ao contribuinte no cumprimento das obrigações tributárias:**

- **Tempo médio de espera por atendimento nos CAC e Agências da SRF.**

Fórmula de cálculo: Somatório do tempo total de espera nos CAC no período dividido pela quantidade de atendimentos nos CAC no período.

Fonte: Saga

Nível organizacional: Nacional

Tempo médio de espera por atendimento (hh:mm:ss)

Ano	Quantidade	Tempo de Espera	Variação
2002	10.070.138	0:29:31	
2003	11.181.250	0:26:24	-10,57%
2004	12.999.692	0:33:50	28,12%
2005	11.176.025	0:30:26	-10,04%
2006	11.280.278	0:24:46	-18,60%

- **Participação do atendimento à distância no total de atendimentos realizados.**

Fórmula de cálculo: Quantidade de atendimentos realizados à distância dividida pela quantidade total de atendimentos prestados, pessoalmente e à distância.

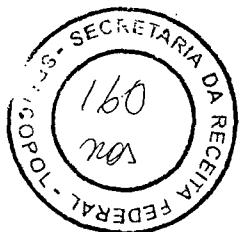
Fonte: SRF/Corat (diversos sistemas)

Nível Organizacional: Nacional

Representatividade do atendimento à distância

Ano	Atendimentos à distância *	Atendimentos presenciais	Total	Indicador
2004	102.213.756	12.941.642	115.155.398	88,76%
2005	102.370.892	11.176.025	113.546.917	90,16%
2006	95.053.728	11.280.278	106.334.006	89,39%

* Inclui: mensagens atendidas pelo Fale Conosco; declarações transmitidas pelo Receitanet; atendimentos pelo Receitafone; atendimentos relativos ao CPF e à Declaração Anual de Isentos (DAI) realizados nos conveniados; e CNPJ expedidos em Juntas Comerciais.



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

• Participação dos pagamentos eletrônicos no total de pagamentos realizados.

Fórmula de cálculo: Quantidade de pagamentos de tributos realizados com utilização de meios eletrônicos dividido pela quantidade total de pagamentos efetuados no período.

Fonte: Sisbacen

Nível organizacional: Nacional

Representatividade dos pagamentos eletrônicos

Ano	Pagamentos eletrônicos *	Pagamentos não eletrônicos	Total	Indicador
2002	58.394.608	10.408.687	68.803.295	15,13%
2003	60.514.652	12.710.057	73.224.709	17,36%
2004	66.970.962	18.576.000	85.546.962	21,71%
2005	64.899.366	21.987.219	86.886.585	25,31%
2006	24.488.764	64.824.828	89.313.592	27,42%

* Inclui os pagamentos eletrônicos obrigatórios (relativos a processos de parcelamento e a operações no Siscomex) e espontâneos.

** Inclui os pagamentos realizados em DARF-papel e depósitos judiciais.

➤ Indicador de custo:

• Custo da Administração Tributária.

Fórmula de cálculo: Total das despesas realizadas pela SRF no exercício dividido pela Receita Administrada Bruta arrecadada no exercício.

Fonte: Siafi e Siadi

Nível organizacional: Nacional

Custo da Administração Tributária

ANO	Despesa realizada no exercício		Receita Administrada Bruta no exercício	Indicador	
	Custeio e Investimento *	Total **		Custeio e Investimento	Total
2004	1.105.116.556,12	2.878.961.059,13	300.530.360.062,00	0,37%	0,96%
2005	1.741.396.429,58	3.523.962.527,61	346.955.192.050,00	0,50%	1,02%
2006	1.756.745.529,81	4.035.282.680,81	372.266.569.967,00	0,47%	1,08%

* Não incluídas as despesas de pessoal

** Inclusive despesas de pessoal

*Ibs: Folha alterada por
policitado da auditoria CGU.*



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

• Participação dos pagamentos eletrônicos no total de pagamentos realizados.

Fórmula de cálculo: Quantidade de pagamentos de tributos realizados com utilização de meios eletrônicos dividido pela quantidade total de pagamentos efetuados no período.

Fonte: Sisbacen

Nível organizacional: Nacional

Representatividade dos pagamentos eletrônicos

Ano	Pagamentos eletrônicos *	Pagamentos não eletrônicos	Total	Indicador
2002	10.408.687	58.394.608	68.803.295	15,13%
2003	12.710.057	60.514.652	73.224.709	17,36%
2004	18.576.000	66.970.962	85.546.962	21,71%
2005	21.987.219	64.899.366	86.886.585	25,31%
2006	24.488.764	64.824.828	89.313.592	27,42%

* Inclui os pagamentos eletrônicos obrigatórios (relativos a processos de parcelamento e a operações no Siscomex) e espontâneos.

** Inclui os pagamentos realizados em DARF-papel e depósitos judiciais.

➤ **Indicador de custo:**

• Custo da Administração Tributária.

Fórmula de cálculo: Total das despesas realizadas pela SRF no exercício dividido pela Receita Administrada Bruta arrecadada no exercício.

Fonte: Siafi e Siadi

Nível organizacional: Nacional

Custo da Administração Tributária

ANO	Despesa realizada no exercício		Receita Administrada Bruta no exercício	Indicador	
	Custeio e Investimento *	Total **		Custeio e Investimento	Total
2004	1.105.116.556,12	2.878.961.059,13	300.530.360.062,00	0,37%	0,96%
2005	1.741.396.429,58	3.523.962.527,61	346.955.192.050,00	0,50%	1,02%
2006	1.756.745.529,81	4.035.282.680,81	372.266.569.967,00	0,47%	1,08%

* Não incluídas as despesas de pessoal

** Inclusive despesas de pessoal

*Ibs.: Folha alterada por
solicitação da auditoria CGU*

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006



3.4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2006

I. Arrecadação

No ano de 2006, a arrecadação dos impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal atingiu o valor de **R\$ 372.267 milhões**, em valores correntes, o que representa um crescimento nominal de **8,42%** sobre a arrecadação de 2005 (**R\$ 343.371 milhões**).

ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS

(a preços correntes)

RECEITA	ANO	ARRECADAÇÃO (R\$ milhões)	VARIAÇÃO (%)
RECEITA ADMINISTRADA	2005	343.371	-
	2006	372.267	8,42
DEMAIS RECEITAS	2005	17.312	-
	2006	20.276	17,12
TOTAL	2005	360.682	-
	2006	392.542	8,83

Fonte: SRF/Copat

Expressando-se os valores da arrecadação a preços de dezembro de 2006 (correção pelo IPCA), vemos que a arrecadação da Receita Administrada em 2006 apresentou um crescimento real de **4,09%** sobre a de 2005, conforme quadro a seguir:

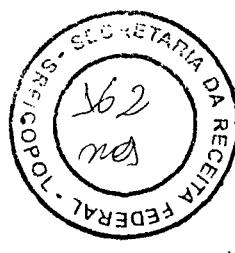
ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS

(a preços de dezembro/2006)

RECEITA	ANO	ARRECADAÇÃO (R\$ milhões)	VARIAÇÃO (%)
RECEITA ADMINISTRADA	2005	362.248	-
	2006	377.055	4,09
DEMAIS RECEITAS	2005	18.302	-
	2006	20.556	12,32
TOTAL	2005	380.550	-
	2006	397.611	4,48

Fonte: SRF/Copat

Pelo conceito de **Arrecadação Líquida de Restituições**, a Receita Administrada somou em 2006 aproximadamente R\$ 359,006 bilhões, inferior em cerca de 0,92% à meta de R\$ 362,328 bilhões estabelecida no Decreto nº 5.983/2006, correspondente à última revisão anual da meta para a arrecadação da Receita Administrada – prejudicando assim o histórico de superação das metas anuais por parte da Secretaria da Receita Federal.



**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006**

O quadro a seguir apresenta os valores, a preços correntes, da arrecadação das receitas federais nos anos de 2006 e 2005:

**Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro 2006/2005
(a preços correntes)**

RECEITAS	2006 [X]	2005 [Y]	VAR. (%) [X] / [Y]	Unidade: R\$ milhões	
				2006	PARTICIPAÇÃO (%) 2005
Imposto sobre Importação	10.036	9.080	10,52	2,56	2,52
I.P.I - Imposto s/ Produtos Industrializados	28.188	26.428	6,66	7,18	7,33
I.P.I - Fumo	2.396	2.303	4,07	0,61	0,64
I.P.I - Bebidas	2.619	2.336	12,13	0,67	0,65
I.P.I - Automóveis	4.292	3.727	15,15	1,09	1,03
I.P.I - Vinculado à importação	6.192	5.288	17,11	1,58	1,47
I.P.I - Outros	12.689	12.775	(0,67)	3,23	3,54
Imposto sobre a Renda	137.375	124.520	10,32	35,00	34,52
Imposto de Renda Pessoa Física	8.536	7.369	15,84	2,17	2,04
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	56.176	51.226	9,66	14,31	14,20
Entidades Financeiras	9.193	7.300	25,93	2,34	2,02
Demais Empresas	46.983	43.926	6,96	11,97	12,18
Imposto de Renda Retido na Fonte	72.663	65.926	10,22	18,51	18,28
IRRF - Rendimentos do Trabalho	39.173	35.642	9,91	9,98	9,88
IRRF - Rendimentos de Capital	21.322	19.853	7,40	5,43	5,50
IRRF - Remessas para o Exterior	7.449	6.160	20,93	1,90	1,71
IRRF - Outros Rendimentos	4.720	4.271	10,51	1,20	1,18
IOF - Imposto s/ Operações Financeiras	6.786	6.103	11,18	1,73	1,69
ITR - Imposto Territorial Rural	344	324	6,29	0,09	0,09
CPMF - Contrib. Movimentação Financeira	32.090	29.273	9,62	8,17	8,12
COFINS - Contrib. p/ a Seguridade Social	92.475	87.615	5,55	23,56	24,29
Entidades Financeiras	5.814	6.424	(9,50)	1,48	1,78
Demais Empresas	86.661	81.191	6,74	22,08	22,51
Contribuição para o PIS/Pasep	24.277	22.014	10,28	6,18	6,10
Entidades Financeiras	1.051	1.070	(1,85)	0,27	0,30
Demais Empresas	23.226	20.943	10,90	5,92	5,81
CSLL - Contribuição Social Lucro Líquido	28.116	26.199	7,32	7,16	7,26
Entidades Financeiras	2.947	2.501	17,82	0,75	0,69
Demais Empresas	25.169	23.698	6,21	6,41	6,57
CIDE - Combustíveis	7.817	7.680	1,78	1,99	2,13
Contribuição p/ o FUNDAF	347	306	13,66	0,09	0,08
Outras Receitas Administradas	4.416	3.828	15,36	1,12	1,06
RECEITA ADMINISTRADA PELA SRF [A]	372.267	343.371	8,42	94,83	95,20
DEMAIS RECEITAS [B]	20.276	17.312	17,12	5,17	4,80
TOTAL GERAL DAS RECEITAS [C]=[A]+[B]	392.542	360.682	8,83	100,00	100,00



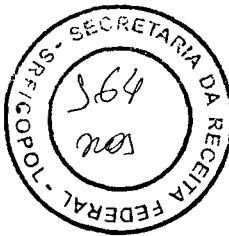
**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006**

O quadro a seguir apresenta os valores, a preços de dezembro/2006 (atualizados pelo IPCA), da arrecadação das receitas federais nos anos de 2006 e 2005:

**Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro 2006/2005
(a preços de dez/2006 – IPCA)**

RECEITAS	2006 [X]	2005 [Y]	VAR. (%) [X] / [Y]	Unidade: R\$ milhões	
				2006	2005
Imposto sobre Importação	10.165	9.583	6,06	2,56	2,52
I.P.I - Imposto s/ Produtos Industrializados	28.547	27.874	2,41	7,18	7,32
I.P.I - Fumo	2.428	2.431	(0,12)	0,61	0,64
I.P.I - Bebidas	2.653	2.463	7,71	0,67	0,65
I.P.I - Automóveis	4.345	3.926	10,70	1,09	1,03
I.P.I - Vinculado à importação	6.270	5.578	12,41	1,58	1,47
I.P.I - Outros	12.850	13.476	(4,64)	3,23	3,54
Imposto sobre a Renda	139.115	131.305	5,95	34,99	34,50
Imposto de Renda Pessoa Física	8.650	7.785	11,11	2,18	2,05
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	56.954	54.114	5,25	14,32	14,22
Entidades Financeiras	9.324	7.726	20,68	2,35	2,03
Demais Empresas	47.630	46.388	2,68	11,98	12,19
Imposto de Renda Retido na Fonte	73.512	69.406	5,92	18,49	18,24
IRRF - Rendimentos do Trabalho	39.630	37.555	5,53	9,97	9,87
IRRF - Rendimentos de Capital	21.568	20.863	3,38	5,42	5,48
IRRF - Remessas para o Exterior	7.537	6.485	16,23	1,90	1,70
IRRF - Outros Rendimentos	4.776	4.503	6,06	1,20	1,18
IOF - Imposto s/ Operações Financeiras	6.873	6.439	6,74	1,73	1,69
ITR - Imposto Territorial Rural	348	339	2,41	0,09	0,09
CPMF - Contrib. Movimentação Financeira	32.499	30.888	5,21	8,17	8,12
COFINS - Contrib. p/ a Seguridade Social	93.675	92.450	1,33	23,56	24,29
Entidades Financeiras	5.891	6.777	(13,08)	1,48	1,78
Demais Empresas	87.784	85.673	2,46	22,08	22,51
Contribuição para o Pis/Pasep	24.593	23.229	5,87	6,19	6,10
Entidades Financeiras	1.065	1.130	(5,74)	0,27	0,30
Demais Empresas	23.528	22.100	6,46	5,92	5,81
CSLL - Contribuição Social Lucro Líquido	28.501	27.675	2,99	7,17	7,27
Entidades Financeiras	2.989	2.653	12,66	0,75	0,70
Demais Empresas	25.512	25.021	1,96	6,42	6,58
CIDE - Combustíveis	7.918	8.108	(2,34)	1,99	2,13
Contribuição p/ o FUNDAF	352	322	9,03	0,09	0,08
Outras Receitas Administradas	4.471	4.036	10,79	1,12	1,06
RECEITA ADMINISTRADA PELA SRF [A]	377.055	362.248	4,09	94,83	95,19
DEMAIS RECEITAS [B]	20.556	18.302	12,32	5,17	4,81
TOTAL GERAL DAS RECEITAS [C]=[A]+[B]	397.611	380.550	4,48	100,00	100,00

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006



**VARIACÕES RELEVANTES E FATORES QUE INFLUENCIARAM A ARRECADAÇÃO EM 2006
(POR TRIBUTO / CONTRIBUIÇÃO)**

➤ **Variações reais positivas:**

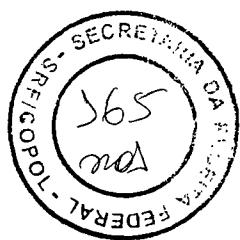
- **I. Importação (+6,06%) e IPI-Vinculado à Importação (+12,41%):** resultado decorrente da conjugação dos seguintes fatores: elevação de 24,37% no valor em dólar das importações tributadas, de 3,39% na alíquota média efetiva do IPI-Vinculado, redução de 2,53% na alíquota média efetiva do I. Importação e de 10,64% na taxa média de câmbio;
- **IPI-Bebidas (+7,71%):** arrecadação de débitos em atraso, em conformidade com a MP nº 306/06, em setembro/06, no valor de R\$ 111 milhões;
- **IPI-Automóveis (+10,70%):** aumento de 9,8% no volume de vendas ao mercado interno;
- **IRPJ (+5,25%) e CSLL (+2,99%):** a retomada do recolhimento regular de IRPJ por parte de empresas do setor financeiro que, em 2005, estavam com demanda judicial, elevou em 20,68% a arrecadação real do IRPJ das entidades financeiras; no caso da CSLL, os principais setores responsáveis pelo crescimento observado na arrecadação das instituições financeiras (+12,66%) foram os de arrendamento mercantil, seguros e previdência privada;
- **IRRF-Remessas ao Exterior (+16,23%):** crescimento influenciado, principalmente, por arrecadações atípicas relativas a rendimentos remetidos a residentes ou domiciliados no exterior no valor de R\$ 326 milhões, em setembro/06, e a pagamento de juros remuneratórios sobre o capital próprio no valor de R\$ 385 milhões, em outubro/06;
- **Demais Receitas (+12,32%):** resultado decorrente, principalmente, do crescimento da arrecadação dos itens relativos a royalties sobre extração de petróleo.

Cabe destacar que um dos fatores que contribuiu para o resultado da arrecadação em 2006 foi o recolhimento efetuado em conformidade com a MP nº 303/06 (que instituiu o PAEX – Parcelamento Excepcional), cujo valor, no período de agosto a dezembro de 2006, importou em R\$ 2.297 milhões (em preços correntes).

➤ **Variações reais negativas:**

- **Cofins-Entidades Financeiras (-13,08%) e PIS-Entidades Financeiras (-5,74%):** quedas de arrecadação decorrentes, basicamente, de ações judiciais movidas por diversas instituições financeiras, questionando aspectos da legislação dessas duas contribuições;
- **IPI-Outros (-4,64%):** arrecadação atípica, em janeiro de 2005, decorrente de auto de infração no valor de R\$ 137 milhões e redução a zero das alíquotas referentes a bens de capital e a insumos da construção civil.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006



II. Controle e Recuperação do Crédito Tributário

Cobrança administrativa e executiva

Em 2006, a Receita Federal promoveu ações de cobrança sobre cerca de 3,38 milhões de Pessoas Jurídicas, envolvendo um total de aproximadamente R\$ 20,05 bilhões em débitos cobrados; relativamente às Pessoas Físicas, foram emitidos em torno de 1,35 milhões de avisos de cobrança, perfazendo um total de cerca de R\$ 1,89 bilhões em novos débitos cobrados, conforme demonstrado a seguir:

Cobrança em 2006	Quantidade	Valor (em R\$)
Pessoa Jurídica (nº de PJ cobradas)	3.375.651	20.046.408.837
Pessoa Física (nº de avisos de cobrança)	1.350.743	1.888.622.601
TOTAL	-	21.935.031.438

Fonte: SRF/Corat

Para cobrança executiva / inscrição em Dívida Ativa da União, a Receita Federal encaminhou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em 2006 um total de 843.051 processos, envolvendo cerca de R\$ 44,8 bilhões em créditos tributários.

Carteira de Parcelamento de Tributos e Contribuições

Em dezembro de 2006, a carteira de parcelamento de tributos e contribuições administrados pela SRF contava com 256.525 processos, totalizando aproximadamente R\$ 6,44 bilhões em créditos tributários.

O quadro abaixo demonstra a evolução da carteira de parcelamentos no âmbito da SRF:

**CARTEIRA DE PARCELAMENTO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES
 PROCESSOS ATIVOS (POSIÇÃO EM 31/DEZEMBRO)**

Região Fiscal	2005		2006	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor (em R\$)
1 ^a	16.697	453.377.468	18.957	460.246.426
2 ^a	12.149	265.950.766	11.742	345.206.856
3 ^a	10.109	162.855.855	10.648	156.659.663
4 ^a	18.712	386.087.670	21.445	373.212.455
5 ^a	15.698	234.730.253	15.269	261.731.528
6 ^a	28.536	467.197.992	29.458	458.537.806
7 ^a	25.668	651.363.407	30.690	639.461.437
8 ^a	56.953	2.779.103.625	67.454	2.802.988.082
9 ^a	26.993	592.263.065	27.706	522.527.079
10 ^a	22.881	496.991.126	23.156	421.503.017
BRASIL	234.396	6.489.921.230	256.525	6.442.074.349

Fonte: SRF/Corat

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006



III. Fiscalização de tributos internos e aduaneiros

A missão da fiscalização de tributos internos e aduaneiros é a de elevar a percepção de risco do contribuinte falso, aumentando, dessa maneira, o nível de cumprimento voluntário de suas obrigações tributárias e, assim, promovendo o incremento da arrecadação. Portanto, a fiscalização busca, sobretudo, resultados indiretos - que se realizam com a elevação do patamar de cumprimento voluntário das obrigações tributárias.

➤ Procedimentos de Fiscalização - Tributos internos

A avaliação do desempenho e do aperfeiçoamento da Fiscalização requer a consideração de diversos fatores de forte influência nos resultados, sobre os quais não se tem governabilidade, tais como modificações na legislação tributária, decisões judiciais de interesse coletivo, fatores macroeconômicos - dentre outros.

No ano de 2006, foram fiscalizados 20.330 sujeitos passivos, entre pessoas físicas (12.319) e jurídicas (8.011), do que resultaram lançamentos de ofício no valor aproximado de R\$ 52,8 bilhões, enquanto em 2005 foram fiscalizados 21.845 sujeitos passivos, com um crédito tributário de R\$ 48,3 bilhões - considerando-se, para esses valores, apenas os procedimentos fiscais de fiscalização, sem considerar os realizados exclusivamente para aplicação de multas diversas nem os procedimentos de revisão de declarações. Esses números representam um decréscimo de 6,9% no número de sujeitos passivos fiscalizados, porém com um aumento de 9,3% no valor do crédito tributário lançado, em relação ao ano anterior.

O quadro a seguir mostra a quantidade de sujeitos passivos fiscalizados e de crédito tributário lançado em 2006.

RESULTADOS DA FISCALIZAÇÃO* DE TRIBUTOS INTERNOS - 2006

Categoria do Sujeito Passivo	Quantidade **	%	Valor do Crédito Lançado *** (em R\$)	%
Pessoa Jurídica sob acompanhamento diferenciado	1.682	8,2	36.283.863.053	68,7
Pessoa Jurídica - demais	6.329	31,2	13.167.973.345	24,9
Pessoa Física	12.319	60,6	3.387.384.409	6,4
TOTAL	20.330	100,0	52.839.220.807	100,0

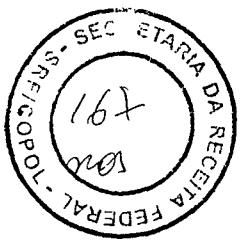
Fonte: SRF/Cofis

* não inclui revisão de declarações

** quantidade de contribuintes fiscalizados

*** não inclui lançamentos exclusivamente de multas e os relativos a procedimentos fiscais encerrados parcialmente

A Receita Federal adota como estratégia e diretriz de ação a opção preferencial pela fiscalização de contribuintes com maior capacidade contributiva, os quais são objeto de um acompanhamento especial e diferenciado por parte da SRF. O grau de acerto dessa opção pode ser constatado pela tabela acima, que demonstra que as pessoas jurídicas de



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

acompanhamento diferenciado, embora representando apenas 8,2% dos sujeitos passivos fiscalizados pela SRF em 2006, foram responsáveis por cerca de 68,7% do crédito tributário constituído de ofício no período.

➤ **Procedimentos de Fiscalização Aduaneira**

Após realizado o despacho aduaneiro de mercadorias, são desenvolvidos procedimentos de fiscalização aduaneira com o objetivo de permitir maior profundidade na análise das operações de importação e exportação registradas e desembaraçadas através do Siscomex e, desse modo, garantir o efetivo cumprimento da legislação pertinente, abrangendo as atividades de revisão, diligência e auditoria.

No intuito de conferir maior racionalização no emprego dos recursos disponíveis e, ainda, minimizar eventuais distorções econômicas decorrentes de concorrência desleal pautada em práticas de fraude no âmbito do comércio internacional, a Receita Federal tem buscado o aprimoramento dos instrumentos de planejamento das atividades de fiscalização aduaneira.

Além disso, a SRF vem executando atividades de pesquisa fiscal com vistas a proporcionar a desejável objetividade e eficácia ao planejamento das atividades de fiscalização, que são consolidadas no Plano Anual de Trabalho da Fiscalização Aduaneira.

Em 2006, no âmbito dos tributos sobre comércio exterior, foram fiscalizadas pela SRF 2.577 empresas, em ações de fiscalização pós-despacho e ações de combate à interposição fraudulenta, as quais resultaram em lançamentos da ordem de R\$ 3.085 milhões.

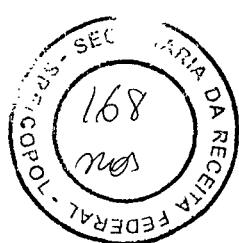
IV. Controle Aduaneiro

O controle aduaneiro sobre mercadorias importadas e exportadas é executado por meio do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX.

Com o objetivo de proporcionar maior agilidade ao comércio exterior brasileiro e, ao mesmo tempo, garantir o desejável nível de segurança dos controles, as operações de importação e exportação são, com base em parâmetros específicos, automaticamente direcionadas para um dos canais de conferência previstos pelo Sistema, que, por sua vez, determinam o conjunto de procedimentos de verificação a serem adotados.

Destarte, deve ser destacado que, além das atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema e de aprimoramento dos parâmetros de seleção, a SRF investe permanentemente no aperfeiçoamento de seu modelo de gerenciamento de risco e seleção das operações.

Por outro lado, deve ser ressaltado que a presença aduaneira no momento da efetiva entrada e saída das mercadorias no território nacional justifica-se, principalmente, em razão da necessidade de execução de ações de combate à fraude, nas situações em que seja



**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006**

impossível ou improfícua a realização de fiscalização posterior no estabelecimento do importador ou exportador.

VOLUME DE IMPORTAÇÕES PROCESSADAS EM 2006

Canal de Conferência	Quantidade de DI Registradas		Peso Líquido (toneladas)
Verde	1.236.278	78,21%	12.371.843
Amarelo	108.621	6,87%	70.974.384
Vermelho	232.638	14,72%	21.295.271
Cinza	3.210	0,20%	146.004
Total	1.580.747	100,00%	104.787.502

Fonte: SRF/Coana

VOLUME DE EXPORTAÇÕES PROCESSADAS EM 2006

Canal de Conferência	Quantidade de DE Parametrizadas		Peso Líquido (toneladas)
Verde	1.181.458	84,50%	230.530.927
Laranja	152.645	10,92%	192.411.418
Vermelho	63.975	4,58%	2.299.491
Total	1.398.078	100,00%	425.241.836

Fonte: SRF/Coana

V. Atendimento ao Contribuinte

Página da Secretaria da Receita Federal na Internet

Em 2006, o sítio da Secretaria da Receita Federal na Internet recebeu mais de 465 milhões de acessos à sua página principal, o que representa um aumento de aproximadamente 18,5% em relação a 2005 (aproximadamente 393 milhões de acessos). A média diária no período foi superior a 1,27 milhões de acessos diários.

Acessos à Página da SRF na Internet

(dados em milhares)

Serviços/Informações	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Acessos à Página Principal	50.398	89.948	118.062	171.205	303.198	392.683	465.319
Fale conosco (mensagens recebidas)	207	199	181	299	655	1.215	1.527
Arquivos e Programas Fornecidos	8.643	11.155	15.808	20.383	24.691	17.385	16.582
Declarações Recebidas	19.783	22.906	27.532	31.558	42.869	42.936	45.303
Declaração Anual de Isento	7.098	8.935	12.527	19.028	22.353	28.216	35.572
Consulta Restituição IRPF	17.145	23.410	34.388	49.576	49.700	131.229	104.181
Consulta Situação Cadastral PF	30.609	125.366	144.824	122.248	172.771	167.701	268.057
Consulta Situação Cadastral PJ	1.684	15.051	45.020	45.571	35.448	64.540	77.899
Acessos Diários Médios	138	246	323	469	830	1.076	1.275



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

Entrega de Declarações pela Internet

O programa Receitanet permite ao usuário a apresentação de declarações diversas, em ambiente seguro, por meio da Internet. Em 2006 foram recebidas pelo Receitanet em torno de 45,3 milhões de declarações.

Alguns tipos de declaração podem ainda ser apresentados pelo contribuinte diretamente na Internet por meio de formulários disponíveis na página da SRF:

- Declaração Simplificada *on line* do Imposto de Renda de Pessoa Física – 531.140 declarações apresentadas; e
- Declaração Anual de Isentos *on line* – 1.977.594 declarações apresentadas.

Atendimento Pessoal

No ano de 2006, foram realizados nos Centros de Atendimento - CAC mais de 11,28 milhões de atendimentos pessoais, com uma média mensal de quase um milhão de atendimentos. Desse total, aproximadamente 96,2% representaram atendimentos conclusivos.

Os principais serviços demandados foram: “CPF (inscrição, alteração, 2^a via, baixa)”, representando 19% dos atendimentos pessoais realizados em 2006; “Pesquisa de Situação Fiscal”, com 18% dos atendimentos; e “CNPJ”, com 14%.

A tabela a seguir mostra a distribuição dos atendimentos pessoais realizados, pelos principais serviços/assuntos demandados pelos contribuintes em 2005:

Assuntos	Participação %
CPF(inscrição, alteração, 2 ^a via, baixa)	19%
Pesquisa de Situação Fiscal	18%
CNPJ (alteração)	14%
Conta-Corrente	7%
Certidão Negativa (CND)	6%
Subtotal	64%
Outros	36%
TOTAL	100,00%

Fonte: SRF/Corat

Atendimento Telefônico – Receitafone (0300 789 0300)

Em 2006, o Receitafone recebeu mais de 4,03 milhões de ligações, numa média mensal e diária de 336 mil e 16 mil atendimentos, respectivamente.

Os assuntos mais demandados foram:

- consulta à restituição do IRPF (47,1% das ligações);
- desvio Call Center (24,1%)
- informações/orientações sobre DAI e DIRPF (8,5%).
- consulta pública ao CPF (5,5%);



VI. Controle de Mercadorias Apreendidas

Entre as atividades de controle de mercadorias apreendidas, desenvolvidas no exercício de 2006, destacam-se as seguintes:

Processos de Apreensão: Em 2006 foram cadastrados no Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas - CTMA 61.170 processos de apreensão, totalizando R\$ 871.699.249,79. Destacam-se a 9ª Região Fiscal, com R\$ 278.807.861,79, e a 8ª Região Fiscal, com R\$ 225.347.760,71. Dentre os produtos mais apreendidos, destacam-se os aparelhos eletro-eletrônicos e equipamentos de informática, num total de R\$ 238.340.468,01, seguidos dos materiais de transporte, num total de R\$ 218.446.359,59, e alimentos, bebidas e fumo (tabaco e seus sucedâneos manufaturados), num total de R\$ 96.505.172,20.

Apreensões de Cigarros: Foram apreendidos no ano de 2006 um total de R\$ 75.995.883,11 em cigarros e seus derivados. Importante salientar que, por lei, os cigarros apreendidos devem ser levados à destruição. Em 2006 foram destruídos 110.799.635 maços de cigarros.

Saída de Mercadorias: Em 2006 foi contabilizada a saída do CTMA de R\$ 532.049.416,01 em mercadorias apreendidas. Deste montante, destacam-se a saída por incorporação (Órgãos da Administração Pública e Entidades Beneficentes), num montante de R\$ 273.204.936,50, e a saída por destruição (referente à destruição de cigarros, produtos contrafeitos, mercadorias imprestáveis para outra forma de destinação, etc.), que representou R\$ 129.150.141,19 em valores históricos (isto é, considerados os valores constantes dos processos de apreensão). Destaca-se, também, a saída por alienação (leilão destinado a pessoas físicas ou a pessoas jurídicas), que correspondeu a R\$ 77.004.958,80, também em valores históricos.

Resultado de Leilões: No ano de 2006, foram realizados 40 leilões, com uma arrecadação efetiva de R\$ 51.016.728,94 (valor equivalente a aproximadamente 66% do valor histórico de registro no CTMA das mercadorias arrematadas nos leilões - conforme item anterior). Deste montante, 18 leilões foram destinados a pessoas físicas, resultando na arrecadação de R\$ 4.770.068,04, e 22 leilões para pessoas jurídicas, com uma arrecadação de R\$ 46.246.660,90.

Divulgação na Internet das Destinações de Mercadorias: Mensalmente são disponibilizadas na página da SRF na Internet, informações consolidadas referentes às destruições de maços de cigarros, resumo dos editais e as respectivas arrecadações com os leilões de mercadorias apreendidas. Também é divulgado um resumo de todas as destinações por incorporação realizadas, através de quadro contendo número e data do ato de destinação, nome do beneficiário, resumo das mercadorias e valor total do processo.



4. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

4.1. QUADRO DE PESSOAL

Servidores Ativos da Secretaria da Receita Federal

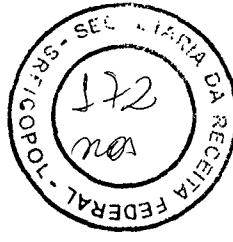
(Posição em 28/02/2007)

Lotação	Categorias				Total
	AFRF	TRF	PGPE	PSE	
Unidades Centrais	625	397	270	138	1.430
Unidades Descentralizadas	8.144	7.309	3.091	2.425	20.969
1ª Região Fiscal	482	554	339	124	1.499
2ª Região Fiscal	481	505	373	131	1.490
3ª Região Fiscal	331	370	291	90	1.082
4ª Região Fiscal	474	344	426	219	1.463
5ª Região Fiscal	391	314	258	137	1.100
6ª Região Fiscal	670	639	254	159	1.722
7ª Região Fiscal	1.460	816	659	565	3.500
8ª Região Fiscal	2.277	2.108	185	621	5.191
9ª Região Fiscal	874	927	200	198	2199
10ª Região Fiscal	704	732	106	181	1.723
Total	8.769	7.706	3.361	2.563	22.399

4.2. ESTAGIÁRIOS

**Quantitativo de Estagiários na SRF
Nível Brasil – ano 2006**

Unidades	Estagiários
Unidades Centrais	69
4ª Região Fiscal	136
8ª Região Fiscal	675
9ª Região Fiscal	190
10 Região Fiscal	220
DRJ Brasília	3
DRJ Belo Horizonte	4
DRJ Campinas	3
DRJ Campo Grande	3
DRJ Juiz de Fora	4
DRJ Ribeirão Preto	3
DRJ Rio de Janeiro II	5
DRJ Salvador	5
Total	1.320



**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006**

4.3. PESSOAL TERCEIRIZADO

No âmbito das Unidades Centrais da SRF, a contratação, gestão e controle do pessoal terceirizado é realizado pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda - SPOA/MF.

Em dezembro de 2006, encontravam-se prestando serviços às Unidades Centrais da Receita Federal 134 servidores terceirizados.

4.4. CARGOS COMISSIONADOS

Quantitativo de Cargos Comissionados na SRF

(posição em fev/2007)

UNIDADES	DAS											FG			TOTAL
	101.6	101.5	101.4	102.4	101.3	102.3	101.2	102.2	101.1	102.1	FG 1	FG 2	FG 3		
Unidades Centrais	1	4	13	2	19	12	85	11	5	5	117	15		289	
U. Descentralizadas			10		67		277		383	4	1.146	751	60	2.698	
1ª Região Fiscal			1		4		26		16		84	63	5	199	
2ª Região Fiscal			1		5		17		25		98	77	6	229	
3ª Região Fiscal			1		3		16		14		49	57	8	148	
4ª Região Fiscal			1		4		17		18		59	72	6	177	
5ª Região Fiscal			1		3		16		13		52	70	7	162	
6ª Região Fiscal			1		5		27		19		101	68	5	226	
7ª Região Fiscal			1		13		38		100	1	158	41	6	358	
8ª Região Fiscal			1		19		70		131	2	296	124	5	648	
9ª Região Fiscal			1		6		25		26		127	99	7	291	
10ª Região Fiscal			1		5		25		21	1	122	80	5	260	
TOTAL	1	4	23	2	86	12	362	11	388	9	1.263	766	60	2.987	

4.5. PESSOAL REQUISITADO

Quantitativo de servidores requisitados na SRF

UNIDADES	Quantidade
Unidades Centrais	123
Unidades Descentralizadas	2.453
1ª Região Fiscal	124
2ª Região Fiscal	142
3ª Região Fiscal	90
4ª Região Fiscal	221
5ª Região Fiscal	147
6ª Região Fiscal	165
7ª Região Fiscal	559
8ª Região Fiscal	628
9ª Região Fiscal	196
10ª Região Fiscal	181
Total	2.576

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006



4.6. PESSOAL CEDIDO

Quantitativo de servidores da SRF cedidos

UNIDADES	Quantidade
Unidades Centrais	28
Unidades Descentralizadas	49
1ª Região Fiscal	10
2ª Região Fiscal	2
3ª Região Fiscal	6
4ª Região Fiscal	10
5ª Região Fiscal	4
6ª Região Fiscal	8
7ª Região Fiscal	1
8ª Região Fiscal	6
9ª Região Fiscal	2
10ª Região Fiscal	0
Total	77

4.7. MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

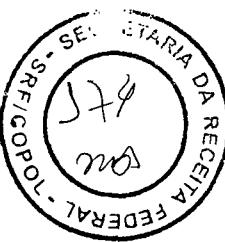
Em 2006, a Secretaria da Receita Federal fez o lançamento no SISAC/TCU de 991 admissões para o Cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal e de 1.601 para o cargo de Técnico da Receita Federal.

No caso de desligamento foram lançados no referido Sistema: 71 demissões; 60 exonerações, 37 falecimentos, 176 por posse em outro cargo inacumulável.

Quanto às aposentadorias, compete ao Ministério da Fazenda o lançamento das respectivas informações no SISAC/TCU.

4.8. ACOMPANHAMENTO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS

Conforme Relatório de Acompanhamento de Denúncias, elaborada pela Corregedoria-Geral da Receita Federal, constante do **Anexo III** deste Relatório de Gestão.



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

5. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO

A Unidade Gestora Secretaria da Receita Federal é responsável pela manutenção das Unidades Centrais da Receita Federal, pela descentralização de recursos aos Conselhos de Contribuintes, às Superintendências Regionais da Receita Federal - SRRF e às Delegacias da Receita Federal de Julgamento - DRJ, bem como a Gerências Regionais do Ministério da Fazenda, em relação às despesas de interesse desta SRF.

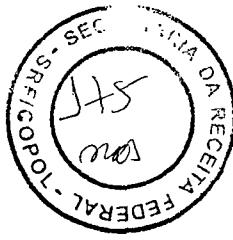
A Lei Orçamentária para o exercício de 2006 totalizou a importância de R\$ 4.212.190.387,00, sendo que deste montante foi realizada uma despesa total de R\$ 4.118.487.272,85. Detalhamos a seguir A Dotação Orçamentária Autorizada e a Despesa Realizada, por Grupo de Despesa, durante o exercício de 2006:

Grupo de Despesa	Dotação Autorizada	Crédito Empenhado Liquidado
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.322.284.914,00	2.278.537.150,92
2 - JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	6.539.855,00	4.664.291,73
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.597.309.716,00	1.578.323.681,39
4 - INVESTIMENTOS	271.901.452,00	245.894.382,17
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	1.000.000,00	1.000.000,00
6 - AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	13.154.450,00	10.067.766,64
TOTAL	4.212.190.387,00	4.118.487.272,85

O Decreto nº 5.780/2006 estabeleceu limites de movimentação, empenho e pagamento para Despesas Correntes e limite de pagamento para Despesas de Capital. Do limite de movimentação e empenho autorizado, esta SRF executou: 98,35% de Despesas Correntes e 89,83% de Despesas de Capital.

Em função das restrições impostas pelo Decreto nº 5.780/2006 esta Secretaria atravessou seriíssimas dificuldades para honrar seus compromissos contratuais, pois a abertura de créditos adicionais, a liberação de limites de movimentação e empenho e, principalmente, a liberação de recursos financeiros, ficaram descompassadas das reais necessidades deste Órgão.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006



Ações Orçamentárias Integrantes da Proposta Orçamentária para 2006

1 – Programa 0770 Administração Tributária e Aduaneira

O programa possibilita a arrecadação de recursos para o financiamento das ações do Estado, mediante a aplicação da legislação tributária vigente e do controle aduaneiro.

Ações Orçamentárias

1D740000 Melhoria dos Processos da Arrecadação de Receitas sob Supervisão do Ministério da Fazenda

Descrição

Modernização do parque tecnológico e da infra-estrutura de redes locais; melhoria da infra-estrutura de segurança; capacitação de servidores; realização de obras civis em diversas Unidades Administrativas; aquisição e modernização de equipamentos de vigilância aduaneira.

3E630000 Modernização da Administração Fazendária

Descrição

Modernização do parque tecnológico e da infraestrutura de redes locais; melhoria da infraestrutura de segurança; capacitação de servidores; realização de obras civis em diversas Unidades Administrativas, aquisição e modernização de equipamentos de vigilância aduaneira.

09HB0000 Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Descrição

Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

20040000 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Descrição

Concessão do benefício de assistência médica-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.

20100000 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Descrição

Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006



20110000 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Descrição

Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

20120000 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Descrição

Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

20130000 Funcionamento do Conselho de Contribuintes

Descrição

Apoio à realização das sessões de julgamento dos Conselhos de Contribuintes e da Câmara Superior de Recursos Fiscais, bem como manutenção e aperfeiçoamento permanente dos sistemas informatizados de interesse dos mesmos.

20850000 Sistemas Informatizados dos Conselhos de Contribuintes

Descrição

Disseminação de dados relativos aos processos administrativos por meio da Internet, como forma de permitir aos interessados o acompanhamento processual. Agilização de informações e desenvolvimento de controles técnico-administrativos.

22370000 Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira

Descrição

Direção, supervisão, orientação, coordenação e execução dos serviços de fiscalização tributária e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos. Deslocamento de técnicos para realização de fiscalizações e auditorias, tanto correlacionadas ao recolhimento de tributos federais quanto aos entrepostos aduaneiros.

22380000 Arrecadação Tributária e Aduaneira

Descrição

Realização das atividades de:

- controle, normatização, arrecadação e fiscalização dos tributos e contribuições federais, inclusive os incidentes sobre o comércio exterior;
- interpretação e aplicação da legislação fiscal, aduaneira e correlata, e edição dos atos normativos e das instruções necessárias à sua execução,
- assessoramento na formulação da política tributária e aduaneira do País;
- julgamento, em primeira instância, do contencioso administrativo-fiscal;



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

manutenção administrativa das unidades da Secretaria da Receita Federal em todo território nacional.

22420000 Remuneração por Serviço de Arrecadação

Descrição

Pagamento dos serviços prestados por terceiros no processo de arrecadação de tributos sob responsabilidade da Secretaria da Receita Federal.

22470000 Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX

Descrição

Administração, controle, avaliação, normatização e manutenção do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX. O pagamento pela manutenção, desenvolvimento e gerenciamento do Sistema é feito ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO.

22480000 Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal

Descrição

Manutenção e aperfeiçoamento permanente dos sistemas informatizados.

Manter e aperfeiçoar permanentemente os sistemas informatizados que dão suporte à atuação da Secretaria da Receita Federal e às atividades de controle e administração dos tributos e contribuições de competência da SRF e às atividades de controle aduaneiro.

22720000 Gestão e Administração do Programa

Descrição

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

28660000 Ações de Caráter Sigiloso

Descrição

Provisão dos meios necessários à realização de atividades de caráter sigiloso.



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

2 – Programa 0084 Arrecadação de Receitas Previdenciárias

Os efeitos do baixo crescimento econômico nos últimos anos, do aumento da expectativa de vida da população e de outros fatores que comprometam a arrecadação previdenciária têm levado a um desequilíbrio entre as receitas arrecadadas e o volume de benefícios pagos. Dentre as principais causas que contribuem para esse problema pode-se destacar: a cobertura social garantida pela Constituição Federal de 1988, sem a correspondente cobertura financeira, comprometendo a liquidez do sistema previdenciário; a inadimplência (contribuintes que declaram mas não pagam); a sonegação; o aumento da demanda por novos benefícios; a recuperação dos valores não arrecadados para o Fundo de Previdência; além de fraudes e renúncias fiscais.

Ações Orçamentárias

22720000 Gestão e Administração do Programa

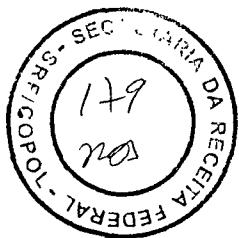
Descrição

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

23020000 Orientação Técnica em Receita Previdenciária

Descrição

Para obtenção da melhoria dos serviços prestados pelo INSS, é necessária a produção e a disseminação de informações, direcionadas para o público externo, a serem veiculadas via "web" - Prevnet/Internet, Intranet, Prevfácil, de modo a uniformizar procedimentos e entendimentos sobre a legislação e os serviços. A ação envolve realização de marketing institucional, realização de visitas às empresas, promoção de cursos, palestras, seminários, eventos e similares para contribuinte, elaboração de programa de orientação ao segurado, confecção de folders, locação de estande para realização de eventos, revisão dos atos normativos e atualização e disponibilização da legislação previdenciária. Realização de estudos de propostas de Medidas Provisórias, Projetos de Lei, Decretos, Portarias, Resoluções, dentre outros atos cuja elaboração não competem ao INSS, bem como confecção de Orientações e Instruções Normativas para facilitar a operacionalização dos mesmos.



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

25670000 Recuperação Administrativa de Créditos Previdenciários

Descrição

A recuperação de créditos é constituída de procedimentos direcionados ao contribuinte que esteja em débito com a Previdência Social. Os créditos constituídos por meio de notificação fiscal de lançamento, auto-de-infração, confissão ou declaração, assim entendido, também, o que tenha sido objeto de informação na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP e não pagos, os parcelamentos em atraso e outros valores devidos serão cobrados por intermédio de ações de cobrança automática, cobrança amigável ou último de cobrança. Para os créditos constituídos por meio de notificação fiscal de lançamento de débito e de auto-de-infração existe a possibilidade de o contribuinte apresentar defesa _ dando início ao contencioso administrativo fiscal _ a qual será julgada em primeira instância no INSS. Após a decisão administrativa definitiva, se favorável ao Instituto, dar-se-á continuidade aos procedimentos da cobrança amigável.

25680000 Recuperação Judicial de Créditos Previdenciários

Descrição

Cobrança judicial dos créditos, através do ajuizamento das ações específicas. Defesa do INSS nas ações judiciais em matéria tributária. Cobrança na Justiça do Trabalho dos créditos previdenciários. A ação envolve o pagamento de honorários periciais, pagamento de condução de Oficial de Justiça, custas processuais quando devidas, despesas operacionais, ações de supervisão, reuniões técnicas, grupos de força-tarefa, acordos e convênios com o Poder Judiciário, Ministério Público, entidades de classe e associações congêneres.

25700000 Auditoria Fiscal das Contribuições Previdenciárias

Descrição

Apuração da ocorrência de sonegação de crédito previdenciário, constatada por meio do tratamento e análise de informações, internas e externas, realizado a partir de um modelo matemático/econômico que, utilizando técnicas de auditoria, identifica desvios que caracterizam indícios de sonegação, conforme o comportamento padrão de um grupo de contribuintes segmentados segundo critérios de área geográfica, atividade econômica e porte. Envolve, ainda, despesas com diárias, passagens, indenizações de transporte, material de consumo e equipamentos voltados à ação fiscal.

25800000 Serviço de Processamento de Dados da Guia de Previdência Social - GPS e da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP

Descrição

Esta ação subsidia o processo do recolhimento das receitas previdenciárias por meio do processamento das guias e da manutenção do banco de dados de arrecadação. As guias são recolhidas via rede bancária contratada e transmitidas para o banco da Dataprev, que possibilita a elaboração de críticas em relação ao correto recolhimento das contribuições, bem



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

como subsidia as informações para a ação fiscal. A ação refere-se ao pagamento efetuado à Dataprev.

26110000 Capacitação de Servidores nos Processos de Receitas Previdenciárias

Descrição

Realização de ações de capacitação e desenvolvimento pessoal, técnico e gerencial, por meio do aprendizado organizacional, nas suas modalidades presencial, semi-presencial e à distância; promoção de seminários, reuniões técnicas, estudo das "melhores práticas"; intercâmbio técnico com organizações públicas e instituições universitárias; formação de especialistas na execução dos processos finalísticos e em nível de graduação e/ou pós-graduação acadêmica para os processos decisórios institucionais; formação de instrutores internos e multiplicadores para ações de capacitação; formação de habilidades em tecnologia da informação para atender aos novos processos organizacionais; formação de pessoas para atuação interna, para estimular a adoção dos novos processos de trabalho; realização de parcerias com Universidades e escolas de nível médio, visando à obtenção do nível de escolaridade de 2º e 3º graus dos servidores.

82110000 Previsão e Monitoramento da Arrecadação dos Grandes Contribuintes do INSS

Descrição

Identificação, mensal, dos maiores contribuintes de cada Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, selecionando os que apresentaram variações significativas na arrecadação em relação ao mês anterior, comparando com a prevista no Modelo de Previsão de Receita (PREVER), a fim de que sejam tomadas as providências necessárias para a recuperação dos créditos não recolhidos tempestivamente.

3 - Programa 0906 Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)

Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)

Ações Orçamentárias

02840000 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa

Descrição

Pagamento de amortização e encargos provenientes da contratação de dívida externa para o qual é feito o fechamento do câmbio, convertendo a moeda corrente vigente no Brasil na moeda estabelecida em contrato.

4 - Programa 0681 Gestão da Participação em Organismos Internacionais

Reflete as competências do Ministério das Relações Exteriores sobre as relações com organismos internacionais (Decreto 2.246/97, Art. 1, V, Art. 24, Art. 25).

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006



03440000 Contribuição à Organização Mundial das Aduanas - OMA

Descrição

Pagamento de cota contributiva para promover a participação brasileira na Organização Mundial das Aduanas - OMA.

03700000 Contribuição ao Centro Interamericano de Administração Tributária - CIAT

Descrição

Pagamento de cota contributiva para promover a participação brasileira no Centro Interamericano de Administração Tributária - CIAT.

03720000 Contribuição ao Escritório Internacional de Documentação Fiscal - IBFD

Descrição

Pagamento de cota contributiva para promover o acesso brasileiro ao Escritório Internacional de Documentação Fiscal - IBFD.

03760000 Contribuição à Associação Ibero-Americana de Tribunais de Justiça Fiscal ou Administrativa - AIT

Descrição

Pagamento de cota contributiva para promover a participação brasileira na Associação Ibero-Americana de Tribunais de Justiça Fiscal ou Administrativa - AIT.

Seguem nas próximas páginas:

- Relatórios/extratos da execução orçamentária e financeira por Programa
- Demonstrativo dos 10 maiores contratos



SIAFI - Sistema Integrado de Administração

Financeira do Governo Federal

Data: 14/3/2007

Meta Financeira Prevista X Executada por Programa/Ação

Exercício: 2006
Base: 19-JAN-2007
Moeda: REAL (Em unidade monetária)
Usuário: MARCOS
UG Corrente: 170010
Nível de Permissão: 5

Critérios de Seleção:

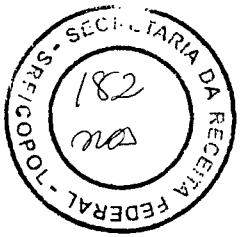
Mês de Referência = 12
Unidade Orçamentária = 25103

Taxas de Conversão:

→ Não houve utilização de Taxas de Conversão.

Regras de Cálculo:

Grupo de Itens Utilizado : CRED EMP LIQUIDADO
Crédito Empenhado Liquidado = +292130201

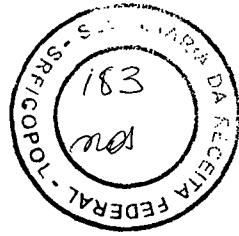


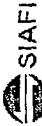
Mês de Referência: DEZEMBRO
Tipo de Valor: Saldo Atual

 Exercício: 2006
Base: 19-JAN-2007
Moeda: REAL (Em unidade monetária)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Programa	Descrição do Programa	PTRES	Programa de Trabalho	Descrição do Programa de Trabalho	Orçamento Autorizado	Empenhado Liquidado	C=A-B	B/A	C=A-B Orçamento não Utilizado	% UTILIZ.
0084 ARREC.RECEITAS PREVIDENCIARIAS	03615 04122008422720001 GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA			2.164.180,00	1.388.032,31		776.147,69	64,14	(1)	
	03617 04125008423020001 ORIENTACAO TECNICA EM RECEITA PREVIDENCIARIA			457.960,00	216.820,61		241.139,39	47,34	(1)	
	03618 04125008425700001 AUDITORIA FISCAL DAS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS			24.050.000,00	23.501.391,69		541.608,31	97,72		
	03619 04125008482110001 PREVISAO/MONITORAMENTO ARREC.GRANDES CONTRIB.INSS			1.456.000,00	1.168.990,60		287.009,40	80,29	(1)	
	03622 04126008425800001 SERV.PROCESSAMENTO DADOS GPS, GUIA DO FGTS E GFIP			21.448.900,00	13.740.840,28		7.705.059,72	64,06	(2)	
	03626 04128008426110001 CAPACITACAO SERVIDORES NOS PROCESSOS RECEITA PREV			1.926.220,00	1.521.937,65		404.282,35	79,01	(1)	
	03627 04129008425670001 RECUPERACAO ADM. CREDITOS PREVIDENCIARIOS			3.873.160,00	3.389.776,62		483.383,38	87,52	(1)	
	03628 04129008425680001 RECUPERACAO JUDICIAL DE CREDITOS PREVIDENCIARIOS			3.723.580,00	3.567.307,54		136.272,46	96,34		
	014531 04126008425800103 SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS			35.000.000,00	34.689.494,91		310.505,09	99,11		
				94.100.000,00	83.204.592,21		10.895.407,78	88,42		
0681 PARTICIPACAO ORG. INTERNACIONAL	03632 04212068103440001 CONTRIBUICAO-ORGANIZACAO MUNDIAL ADUANAS-OMA			850.000,00	443.084,35		406.915,65	52,13	(2) e (3)	
	03633 04212068103700001 CONTRIBUICAO CENTRO INTERAMERICANO ADM. TRIB.-CIAT			240.000,00	133.340,35		106.659,65	55,56	(2) e (3)	
	03634 04212068103720001 CONTRIBUICAO ESCRITORIO INTERNAC. DOC. FISCAL-BFD			54.000,00	38.356,16		15.643,84	71,03	(2) e (3)	
	03635 04212068103760001 CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO IBERO-AMERICANA-AIT			6.000,00	0,00		6.000,00	0,00		
				1.150.000,00	614.780,86		535.219,14	53,46		
0770 ADM. TRIBUTARIA E ADUANEIRA	03610 041220770091HB0001 CONTRIBUICAO DA UNIAO P/ CUSTEIO DA PREV.SERVIDORES			432.451.631,00	389.036.839,56		43.414.791,44	89,96		
	03612 04122077022720001 GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA			1.889.833.283,00	1.889.500.311,36		332.971,64	99,98		
	03613 04306077020120001 AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS			30.520.000,00	29.520.129,01		999.870,99	96,72		
	03614 04331077020110001 AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS			5.390.000,00	5.311.860,48		78.139,52	98,55		
	03616 04122077022720001 GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA			231.507.143,00	228.316.351,00		3.190.792,00	98,62		
	03620 0412507701D740001 MELHORIA DOS PROCESSOS DA APRECADACAO			14.120.731,00	0,00		14.120.731,00	0,00		
	03621 04125077022370001 AUDITORIA E FISCALIZACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA			229.725.085,00	228.870.455,04		854.629,96	99,63		
	03623 04126077020850001 SISTEMAS INFORMATIZADOS CONSELHOS CONTRIBUINTE			3.500.000,00	1.884.339,01		1.615.660,99	53,84		
	03624 04126077022470001 SISTEMA INTEGRADO DE COMERCIO EXTERIOR-SISCOMEX			95.000.000,00	95.000.000,00		-	100,00		
	03625 04126077022480001 SISTEMAS INFORMATIZADOS SRF			373.425.208,00	372.415.947,46		1.009.260,54	99,73		
	03629 04129077020130001 FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES			2.551.982,00	2.385.430,97		166.551,03	93,47		





Sistema Integrado de Admuntado
Folha de Cálculo da Contabilidade Pública

Meta Financeira Prevista X Executada por Programa/Ação

SIAS/MEP/03/06 Admuntado

Exercício: 2006

Base: 19-JAN-2007

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

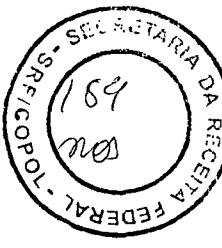
Mês de Referência DEZEMBRO
Tipo de Valor Saldo Atual

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL**

Programa	Descrição do Programa	PTRES	Programa de Trabalho	Descrição do Programa de Trabalho	Orçamento Autorizado	Empenhado Liquidado	Orçamento não Utilizado	C=A-B	B/A	% UTILIZ.	OBS.
0770	ADM. TRIBUTARIA E ADUANEIRA	03630	04129077022380001	ARRECADAÇÃO TRIBUTARIA E ADUANEIRA	81.569.652,00	73.077.868,63	8.491.843,37	89,59			
		03631	04128077028860001	ACOES DE CARATER SIGILOSO	627.200,00	297.074,16	330.125,84	47,37	(2) e (4)		
		03636	04365077020100001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR DEPENDENTES SERVIDORES	3.462.180,00	3.410.563,55	51.616,45	98,51			
		03637	04664077022420001	REMUNERACAO POR SERVICO DE ARRECADACAO	108.000.000,00	108.000.000,00	-	100,00			
		03638	04301077020040001	ASSISTENCIA MEDICA/ODONT. SERVIDORES E DEPENDENTES	13.182.951,00	12.497.692,18	685.255,82	94,80			
		03639	0412507703EG30002	MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO FAZENDARIA	232.733.752,00	231.167.268,00	1.566.484,00	99,33			
		013496	04126077022470103	SISTEMA INTEGRADO DE COMERCIO EXTERIOR- SISCOMEX	95.758.929,00	95.758.929,00	-	100,00			
		013497	04126077022480103	SISTEMAS INFORMATIZADOS DA SRF	253.484.842,00	253.484.842,00	-	100,00			
		014666	0412507703EG30002	MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO FAZENDA	401.513,00	0,00	401.513,00	0,00			
					4.097.246.082,00	4.019.935.841,41	77.310.240,59	98,11			
0906	SERV. DIV. EXTERNA (JUROS/AMORT.)	03611	28844090602840001	AMORTIZACAO/ENC.-FINANCIAMENTO DIV. EXTERNA	19.694.305,00	14.732.058,37	4.962.246,63	74,80	(3)		
					4.212.190.387,00	4.118.487.272,85	93.703.114,15	97,78			

OBSERVAÇÕES

- (1) A administração destes recursos ficaram a cargo da Secretaria da Receita Previdenciária, transferidos por destaque para utilização daquele Órgão
- (2) Estes valores permaneceram contingenciados através do Decreto nº 5.379, de 25/02/2005, até o final do exercício.
- (3) Nas programações orçamentárias destes itens foi considerada uma taxa de câmbio de R\$ 3,00/US\$ e executados a uma taxa média ponderada de R\$ 1,92/14/US\$.
- (4) Os pagamentos em 14/03/2006 e 14/09/2006.
- (5) Os recursos de caráter sigiloso são disponibilizados para a Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação - COPEI para sua utilização quando necessário.





SIAFI
Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

DESPESA EXECUTADA EM 2006 PELAS UNIDADES GESTORAS: COPOL, COGER E DRJ

Data: 14/3/2007

...

Exercício: 2006
Base: 19-JAN-2007
Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Usuário: MARCOS
UG Corrente: 170010
Nível de Permissão: 5

Critérios de Seleção:

Mês de Referência = 12
Subórgão UGE = 1720-1721

Taxas de Conversão:

Não houve utilização de Taxas de Conversão.

Regras de Cálculo:

Grupo de Itens Utilizado : CRED EMP LIQUIDADO
Crédito Empenhado Liquidado = +292130201





SIAFI

Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

DESPESA EXECUTADA EM 2006 PELAS UNIDADES GESTORAS, COPOL, COPEI, COGER E DRJ

Exercício: 2006
Base: 19-JAN-2007
Moeda: REAL (Em unidade monetária)
Usuário: MARCOS

Mês de Referência

DEZEMBRO / 2006

Unidade Orçamentária
Órgão da UG Executiva

20125 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO
25801 RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PTRES	PROGRAMA	DESCRICAÇÃO DO PROGRAMA	Credito Empenhado Liquidado
O 1078	0412411732B150001	CORREICAO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL	359,32





Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

DESPESA EXECUTADA EM 2006 PELAS UNIDADES GESTORAS: COPOL, COPEI, COGER E DRJ

Exercício: 2006

Base: 19-JAN-2007

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Usuário: MARCOS

Mês de Referência DEZEMBRO

Unidade Orçamentária 25103 RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Órgão da UG Executora 25801 RECEITA FEDERAL DO BRASIL

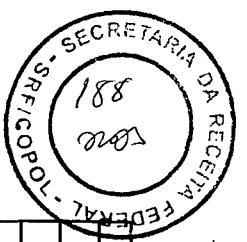
PTRES	PROGRAMA	Descrição do Programa	Crédito Empenhado Liquidado
0 3610	04122077009HB0001	CONTRIBUICAO DA UNIAO P/ CUSTEIO DA PREV.SERVidores	82.191,59
0 3611	28844090602840001	AMORTIZACAO/ENC.-FINANCIAMENTO DIV.EXTERNA	14.732.058,37
0 3612	04122077022720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	93.065.896,36
0 3616	04122077022720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	5.836.170,84
0 3621	04125077022370001	AUDITORIA E FISCALIZACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA	129.572.821,81
0 3624	04126077022470001	SISTEMA INTEGRADO DE COMERCIO EXTERIOR-SISCOMEX	95.000.000,00
0 3625	04126077022480001	SISTEMAS INFORMATIZADOS SRF	372.415.947,46
0 3630	04129077022380001	ARRECADACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA	3.705.990,65
0 3631	04183077028660001	ACOES DE CARATER SIGILOSO	280.917,89
0 3632	04212068103440001	CONTRIBUICAO-ORGANIZACAO MUNDIAL ADUANAS-OMA	440.904,35
0 3633	04212068103700001	CONTRIBUICAO CENTRO INTERAMERICANO ADM. TRIB.-CIAT	133.340,35
0 3634	04212068103720001	CONTRIBUICAO ESCRITORIO INTERNAC. DOC. FISCAL-IBFD	38.356,16
0 3636	04365077020100001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR DEPENDENTES SERVIDORES	18.454,25
0 3637	04694077022420001	REMUNERACAO POR SERVICO DE ARRECADACAO	108.000.000,00
0 3639	0412507703E630002	MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO FAZENDARIA	59.928.663,30
013496	04126077022470103	SISTEMA INTEGRADO DE COMERCIO EXTERIOR - SISCOMEX	95.758.929,00
013497	04126077022480103	SISTEMAS INFORMATIZADOS DA SRF	253.484.842,00

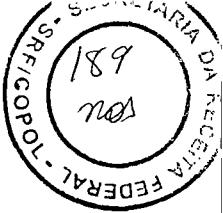
1.232.495.484,38

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

DEMONSTRATIVO DOS 10 MAIORES CONTRATOS

Modalidade	Processo	Contratado (a)		Objeto contratado	Valor Total do Contrato	ELEMENTO DE DESPESA
		Razão social ou Nome	CNPJ ou CPF			
Pregão	10168.003748/2005-28	MICROLOG	32923310/0001-74	Servidores Rack	25.285.000,00	44.90.52
Pregão	10168.003748/2005-28	ITAUTEC	51.764.058/0001-02	Servidores Blade	9.780.000,00	44.90.52
Pregão	10168.003748/2005-28	VERT	202.277.205/0001-44	Soluções de Armazenamento e Backup	9.025.000,00	44.90.52
Pregão	10168.003935/2006-92	INTERSYSTEM	04.646.822/0001-40	Aquisição de placas controladoras de vídeo	1.382.250,00	44.90.52
Pregão	10168.003935/2006-92	NT IMAGENS	03.321.381/0001-07	Aquisição de scanner e licenças de software de OCR	1.266.650,00	44.90.52
Pregão	10168.003935/2006-92	POSITIVO INFORMÁTICA	81.243.735/0001-48	Aquisição de Monitores de Vídeo LCD e suporte p/ os monitores	1.195.790,32	44.90.52
Pregão	10168.003935/2006-92	MICROTÉCNICA	01.590.728/0002-64	Aquisição de scanner	1.098.985,90	44.90.52
Pregão	10168.003935/2006-92	CINE - UNB	01.624.253/0001-07	Aquisição de Scanners portáteis	727.617,00	44.90.52
Pregão	10168.001694/2005-66	TRGROUP	06.940.286/0001-71	Fornecimento de Software	248.298,00	44.90.52
Pregão	10168.002970/2006-94	BRATECH	05.066.746/0001-11	Equipamentos de videoconferência	229.733,84	44.90.52
Inexigibilidade	10168.003339/2004-41	ECT	34.028.316/0001-03	Prestação de Serviços visando a Entrega de Objetos de Correspondência emitidos pelas SRF	99.200.000,00	33.90.39
Inexigibilidade	10168.004665/2005-56	Casa da Moeda do Brasil	34.164.319/0005-06	Fornecimento de selos de controle	59.334.459,10	33.90.30
Inexigibilidade	10168.002250/2003-86	Banco do Brasil S/A	00.000.000/0001-91	Prestação de serviço de arrecadação de receitas federais	22.023.368,00	33.90.39
Inexigibilidade	10168.002377/2003-03	Banco Bradesco S/A	60.746.948/0001-12	Prestação de serviço de arrecadação de receitas federais	19.430.719,00	33.90.39
Inexigibilidade	10168.004052/2004-38	Banco Itaú S/A	17.298.092/0001-30	Prestação de serviço de arrecadação de receitas federais	17.488.276,00	33.90.39
Inexigibilidade	10168.002415/2003-10	Caixa Econômica Federal	00.360.305/0001-04	Prestação de serviço de arrecadação de receitas federais	12.353.195,00	33.90.39
Inexigibilidade	10168.003546/2006-67	IMPRENSA NACIONAL	04.196.645/0001-00	Publicação no Diário Oficial da União e Suplementos, de atos oficiais e demais matérias de interesse da SRF	7.000.000,00	33.91.39
Inexigibilidade	10168.002386/2003-96	Banco ABN Amro Real S/A	33.066.408/0001-15	Prestação de serviço de arrecadação de receitas federais	5.053.297,00	33.90.39
Inexigibilidade	10168.002414/2003-75	HSBC Bank Brasil S/A	01.701.201/0001-89	Prestação de serviço de arrecadação de receitas federais	4.769.849,00	33.90.39
Inexigibilidade	10168.002055/2001-94	Estado do Rio Grande do Sul	92.702.067/0001-96	Prestação de serviço de arrecadação de receitas federais	3.495.522,00	33.90.39





SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

DEMONSTRATIVO DOS 10 MAIORES CONTRATOS

Modalidade	Processo	Contratado (a)	Objeto contratado	Valor Total do Contrato	ELEMENTO DE DESPESA
		Razão Social ou Nome	CNPJ ou CPF		
Dispensa de Licit	10168.004584/2005-56	Serpro SUNAT	33.683.111/0001-07	Prestação de serviço específico de informática e manutenção de sistemas (Adm. Tributária)	626.241.071,00
Dispensa de Licit	10168.004583/2005-10	Serpro SUNCE	33.683.111/0001-07	Prestação de serviço específico de informática e manutenção de sistemas (Siscomex)	190.758.929,00
Dispensa de Licit	10168.003546/2006-67	IMPRENSA NACIONAL	04.196.645/0001-00	Publicação no Diário Oficial da União e Suplementos, de atos oficiais e demais matérias de interesse da SRF	7.000.000,00
Dispensa de Licit	10168.000057/2006-53	IMPRENSA NACIONAL	04.196.645/0001-00	Assinatura de Diários Oficiais impressos/eletônico	21.410,00
Dispensa de Licit	10168.000530/2006-01	Fundação Universidade de Brasília		Treinamento em classificação de mercadorias	247.500,00
Dispensa de Licit	10168.005522/2006-62	Funiversa		Curso de pós-graduação em Direito Tributário	225.164,42
Dispensa de Licit	10168001472/2006-24	Embratel		Serviço 0330, com URA e Call Center	1.653.672,00
Dispensa de Licit	10168.000646/2006-31	IBET		Curso de pós-graduação em Direito Tributário	10.000,00
Dispensa de Licit	10168.001465/2006-22	BIZ GRUP		Treinamento	7.800,00
Dispensa de Licit	10168.002130/2006-32	HSM BRASIL		Treinamento	7.721,00
					33.90,39



**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006**

**5.2. FLUXO FINANCEIRO DO PROJETO DE REAPARELHAMENTO,
ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO DOS POSTOS
ADUANEIROS – NACIONAL**

Objetivando a modernização de unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal, com vistas ao aperfeiçoamento tecnológico de suas atividades, foi assinado, em março de 1997, contrato de empréstimo nº 888/OC - BR, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor total US\$ 158.300.000,00 (cento e cinqüenta e oito milhões e trezentos mil dólares americanos), sendo US\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de dólares americanos) de recursos externos e US\$ 80.300.000,00 (oitenta milhões e trezentos mil dólares americanos) de contrapartida nacional.

Até 31 de dezembro de 2002, o BID havia repassado para o Tesouro Nacional o montante de US\$ 62.360.904,86 (sessenta e dois milhões, trezentos e sessenta mil, novecentos e quatro dólares americanos e oitenta e seis centavos). Cabe ressaltar que o referido contrato foi encerrado no final do exercício de 2002.

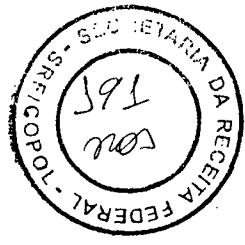
No exercício de 2006 foram pagas a sexta e sétima parcelas de amortização, no valor de US\$ 4,714,700.72 DOLARES DOS EUA, e juros no valor de US\$ 2,184,048.68 DOLARES DOS EUA.

Demonstramos, a seguir, as transferências de recursos ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, a título de juros e amortização:

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO DE JUROS E AMORTIZAÇÃO

OBJETO	DATA	OB	(R\$)	TX. CÂMBIO	US DOLAR
JUROS	SALDO EM 31/12/05		53.915.058,91		21,560,923.85
	14/03/06	2006OB900522	2.351.212,36	US\$ 2,147	1,095,115.21
	14/09/06	2006OB903189	2.313.079,37	* CHF 1,736	1,088,933.47
	SALDO EM 31/12/06		58.579.350,64		23,744,972.53
AMORTIZAÇÃO	SALDO EM 31/12/05		32.807.993,40		12,028,514.34
	14/03/06	2006OB900521	4.978.797,72	US\$ 2,147	2,318,955.62
	14/09/06	2006OB903188	5.088.968,92	* CHF 1,736	2,395,745.10
	SALDO EM 31/12/06		42.875.760,04		16,743,215.06

* CHF = FRANCOS SUÍÇOS



**5.3. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO,
AJUSTE, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA.**

Conforme relatórios anexados nas próximas páginas

**5.4. DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DOS VALORES GASTOS COM CARTÕES DE
CRÉDITO**

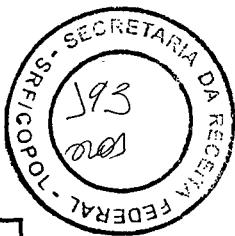
Conforme relatórios anexados nas próximas páginas

Item 6 do Anexo II, da DN/TCU/81/2006, combinado com as referências adicionais
do Anexo IX da Portaria CGU/PR nº 555/2006



SALDO DAS CONTAS DE CONVÊNIO

Saldo em 31/12/2006, a Liberar das Contas de Convênios com Vigência Expirada			
UG	Convênio		Valor a Liberar
Concedente	Cód. Siafi	Conveniente	Parcela
170289	498630	Centro de integração Empresa/Escola - CIEE	1
			333,68
			2
			513,14
			8
			57,22
			9
			333,81
			10
			105,23
			11
			467,15
			12
			572,00
			13
			810,32
			15
			1.014,84
			16
			638,74
			17
			710,39
			18
			572,00
170297	544582	Centro de integração Empresa/Escola - CIEE	19
			572,00
			20
			858,00
			21
			858,00
			22
			467,13
			23
			419,47
			24
			572,00
170297	521828	Centro de integração Empresa/Escola - CIEE	1
			1.794,00
			2
			1.794,00
			3
			1.794,00
			4
			1.794,00
			5
			1.794,00
			6
			1.794,00
170297	521828	Centro de integração Empresa/Escola - CIEE	7
			1.794,00
			8
			1.794,00
			9
			1.794,00
			10
			1.794,00
			11
			1.794,00
			12
170297	521828	Centro de integração Empresa/Escola - CIEE	1
			612,40
			2
			318,60
			3
			24,80
			4
			24,80
			5
			24,80
			6
170297	521828	Centro de integração Empresa/Escola - CIEE	7
			24,80
			8
			24,80
			9
			24,80
170297	521828	Centro de integração Empresa/Escola - CIEE	10
			24,80
			11
			24,80



Saldo em 31/12/2006, a Liberar das Contas de Convênios com vigência expirada				
UG Concedente	Convênio			Valor a Liberar
	Cód. Siafi	Convenente	Parcela	
170297	521828	Centro de integração Empresa/Escola - CIEE	12	24,80
			13	318,60
			14	24,80
			15	24,80
			16	24,80
			17	24,80
			18	24,80
			19	24,80
			20	24,80
			21	24,80
			22	24,80
			23	24,80
			24	24,80
170010	534960	Secretaria de Estado da Fazenda	2	27.768,37
	555292	Universidade de São Paulo	3	354.000,00
			3	101.000,00
			4	80.000,00
			5	76.000,00

Os valores demonstrados, no quadro de valores a liberar, referem-se à diferença entre a parcela conveniada e a paga. As mesmas serão baixadas no exercício de 2007.

Saldo em 31/12/2006 a Comprovar das Contas de Convênios com vigência expirada				
UG Concedente	Convênio			Valor a Comprovar
	Cód. Siafi	Convenente	Parcela	
170010	534960	Secretaria de Estado da Fazenda	1	326.000,00
			2	326.231,63
170010	555292	Universidade de São Paulo	1	85.000,00
			2	235.000,00
170297	521828	Centro de integração Empresa/Escola - CIEE	24	1.175,20

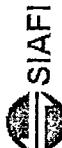
Os valores pendentes, não foram comprovados na época, tendo em vista que os processos contendo os documentos de comprovação, não foram encontrados na Conformidade Documental do dia de pagamento. Estes valores foram comprovados no exercício de 2007.

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE CONVÉNIOS

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE CONVÊNIOS

CÓDIGO ISAN	NÚMERO DO PROCESSO	IDENTIFICAÇÃO DO TERMO INICIAL		IDENTIFICAÇÃO DO TÉRMINO ADITIVO		VALOR TOTAL TRANSFERIDO NO EXERCÍCIO			
		DATA DA ASSINATURA	NÚMERO DA ASSINATURA	DATA DA ASSINATURA	NÚMERO DA ASSINATURA				
530849 UG 170010	10168.004089/2005-47	30Nov2005	02Dez2005	30Nov2005	06Nov2005	951.430,56	951.430,56	951.432,53	951.432,53
Convênio									
534950 UG 170010	10951.000232/2005-21	16Dez2005	16Dez2005	31Dez2006	16Dez2005	354.000,00	354.000,00	354.000,00	354.000,00
Convênio									
552922 UG 170010	10168.000212/2006-31	16Mar2006	16Mar2006	16Dez2006	16Maio2006	320.000,00	320.000,00	320.000,00	320.000,00
Convênio									
578893 UG 170010	10168.003515/2006-14	18Dez2006	18Dez2006	19Jun2009	577893 001	584.280,01	584.280,01	584.280,01	584.280,01
Convênio									
578992 UG 170010	10168.003516/2006-51	21Dez2006	21Dez2006	20Abri2009	—	233.500,00	233.500,00	233.500,01	233.500,01
Convênio									





Despesas com Saques e Faturas de Cartão do Gov.Federal

Exercício: 2006
Base: 19-JAN-2007
Moeda: REAL (em unidade monetária)
Usuário: WASHINGTON
UG Corrente: 171010
Nível de Permissão: 3

Critérios de Seleção:

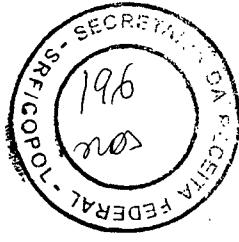
Mês de Referência
Subórgão UGE
= 1720-1721

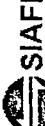
Taxas de Conversão:

Não houve utilização de Taxas de Conversão.

Regras de Cálculo:

Grupo de Itens Utilizado : SUP. FUNDOS T.CONTAS
Sq Cartão Pagto Gov Federal = +199962401
Fatura - Cartão Pagto Gov. Fed = +199962402





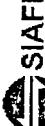
Exercício: 2006
Base: 19-JAN-2007
Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Tipo de Valor
Mês de Referência
Saldo Atual
DEZEMBRO

**DESPESSAS COM SAQUES E USO DO CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOV.FEDERAL
EXERCÍCIO DE 2006**

UG EXECUTORA	CPF SUPRIDO	SAQUE	FATURA
170010 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	62472224834	6.447,00	943,55
170290 DELEG.DA REC.FEDERAL DE JULGAMENTO-C.GRAN./MS	01300490004	2.597,00	1.041,22
170294 DELEG. DA REC.FEDERAL DE JULGAMENTO DE RECIFE	80154689491	205,00	3.015,35
170295 DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO/BA	35884620563	805,00	4.356,20
170299 DELELEG.DA REC.FED.DE JULGAMENTO EM S.PAULO I	62073788815	0,00	538,80
	93242387872	0,00	403,40
170301 DELEG.DA REC.FEDERAL DE JULGAMENTO-CAMPIN./SP	60100265804	6.995,00	1.011,93
	96956560800	885,00	189,00
170302 DELEG.DA REC.FEDERAL DE JULGAMENTO-CURITI/PR	68041357920	355,00	681,68
170304 DELEG. DA REC.FEDERAL DE JULGAMENTO-FPOLS/SC	41689771968	2.400,00	473,24
	43439899991	800,00	69,46
170307 DELEG. DA REC.FEDERAL DE JULGAMENTO-RIB.PRETO	04396461895	9.980,00	0,00
	08239578888	3.107,00	0,00
170339 COORDENACAO-GERAL DE PESQ.E INVESTIGACAO-SRF	01283801795	5.700,00	0,00
	03850301850	3.000,00	0,00
	0925605291	7.500,00	0,00
	12912000459	3.500,00	0,00
	16920201100	13.160,00	0,00





Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

Despesas com Saques e Faturas de Cartão do Gov.Federal

Exercício: 2006
Base: 19-JAN-2007
Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Tipo de Valor
Mês de Referência

Saldo Atual
DEZEMBRO

DESPESSAS COM SAQUES E USO DO CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOV.FEDERAL EXERCÍCIO DE 2006

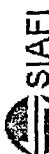
UG EXECUTORA	CPF SUPRIDO	SAQUE	FATURA
170339 COORDENACAO-GERAL DE PESQUISA E INVESTIGACAO-SRF	22154370730	2.400,00	0,00
	25581120404	17.000,00	0,00
	28958705353	4.000,00	0,00
	34173390572	11.300,00	0,00
	346886207568	1.000,00	0,00
	39452131268	400,00	0,00
	43052550063	10.800,00	0,00
	56377100744	2.000,00	0,00
	73652717600	2.100,00	0,00
	81827407700	3.300,00	0,00
	83928197720	8.000,00	0,00
	93119577987	8.535,00	0,00
170384 DELEGACIA DA REC. FED. DE JULGAMENTO NO RJ II	91989710778	314,00	916,10
170390 DELEGACIA DA REC FED DE JULGAMENTO EM SP II	12678867811	1.703,00	2.944,44
TOTALS		140.268,00	16.584,37

As operações com cartão de crédito corporativo são realizadas em grande parte na modalidade de saque, considerando alguns fatores, abaixo elencados:

a) Bens e serviços que são adquiridos com recursos de Suprimento de Fundos geralmente são provenientes de estabelecimentos que, em grande parte, não dispõem de equipamentos de registro de operações com cartão de crédito ou não permitem a sua utilização nesta modalidade, devido a singularidade e/ou natureza da despesa, exigindo pagamento em espécie.
A título de exemplo podemos citar as seguintes situações que se enquadram nesta informação:

- 1) Aquisição de cartões telefônicos;
- 2) Despesas de correios para envio de SEDEX;
- 3) Seguro obrigatório de Veículos e taxas de licenciamento;
- 4) Guia de taxas com código de barras;
- b) Serviços prestados por pessoas físicas;
- c) Operações fiscais da área de Pesquisa e Investigação geralmente são realizadas em caráter reservado e sigiloso enquanto a utilização de um cartão de crédito corporativo que tenha a identificação do Órgão Público pode comprometer o sucesso da operação.





SIAFI

Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

Gastos com Cartões de Crédito - Copol, Cooper, Copel e DRJ

Data: 14/3/2007

Exercício:

2006

Base: 19-JAN-2007

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Usuário: WASHINGTON

UG Corrente: 171010

Nível de Permissão: 3

Critérios de Seleção:

Mês de Referência
Subórgão UGE
= 12
= 1720-1721

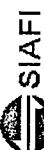
Taxas de Conversão:

Não houve utilização de Taxas de Conversão.

Regras de Cálculo:

Grupo de Itens Utilizado : SUP. FUNDOS T. CONTAS
Sq Cartão Pagto Gov Federal = +199962401
Fatura - Cartão Pagto Gov. Fed = +199962402





Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

Gastos com Cartões de Crédito - Copol, Coger, Cope e DRJ

Exercício: 2006
Base: 19-JAN-2007
Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Tipo de Valor
Mês de Referência

Saldo Atual
DEZEMBRO

SÉRIE HISTÓRICA DE GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO

UG Executora	EXERCÍCIO DE 2004		EXERCÍCIO DE 2005		EXERCÍCIO DE 2006	
	SAQUE	FATURA	SAQUE	FATURA	SAQUE	FATURA
170010 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	3.752,00	0,00	2.394,00	82,72	6.447,00	943,55
170290 DELEG.DA REC.FEDERAL DE JULGAMENTO-C.GRAN./MS	0,00	0,00	645,00	709,89	2.597,00	1.041,22
170294 DELEG. DA REC.FEDERAL DE JULGAMENTO DE RECIFE	0,00	0,00	1.864,00	0,00	205,00	3.015,35
170295 DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO/BA	2.360,00	576,60	490,00	2.159,50	805,00	4.356,20
170299 DELELEG.DA REC.FED.DE JULGAMENTO EM S.PAULO I	886,00	0,00	90,29	1.586,28	0,00	942,20
170301 DELEG.DA REC.FEDERAL DE JULGAMENTO-CAMPIN./SP	940,00	1.559,14	7.706,00	686,19	7.880,00	1.200,93
170302 DELEG.DA REC.FEDERAL DE JULGAMENTO-CURIT./PR	0,00	0,00	0,00	0,00	355,00	681,68
170304 DELEG. DA REC.FEDERAL DE JULGAMENTO-FPOLS/SC	0,00	0,00	6.990,00	195,00	3.200,00	542,70
170307 DELEG. DA REC.FEDERAL DE JULGAMENTO-RIB.PRETO	0,00	0,00	5.077,00	0,00	13.067,00	0,00
170339 COORDENACAO-GERAL DE PESQ.E INVESTIGACAO-SRF	51.464,00	0,00	138.220,00	0,00	103.695,00	0,00
170384 DELEGACIA DA REC. FED. DE JULGAMENTO NO RJ II	960,00	270,20	1.490,00	1.313,00	314,00	916,10
170390 DELEGACIA DA REC.FED.DE JULGAMENTO EM SP II	0,00	0,00	694,00	1.245,79	1.703,00	2.944,44
TOTAIS	57.606,00	1.559,14	164.231,00	6.304,57	140.268,00	16.584,37

OBSERVAÇÕES:

- 1º) DADOS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2004 EXTRAÍDOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO - 2005 , PAG 1659 E 1660, PROCESSO MF 10168.000485/2006-86
 2º) OS DADOS DE 2006 FORAM EXTRAÍDOS DO RAZÃO DAS CONTAS CONTÁBEIS 199962401-SAQUE CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOV.FEDERAL E 199962402-FATURA CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOV. FEDERAL



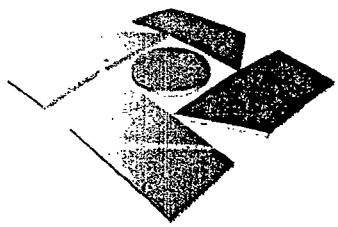
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006



ANEXO I

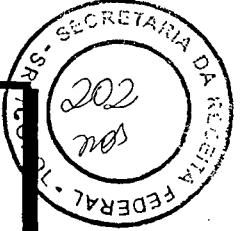
DEMONSTRATIVO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS EFETIVOS - ANO 2005

Por determinação do Tribunal de Contas da União, a Secretaria da Receita Federal agrega anualmente ao seu Relatório de Gestão o documento “Demonstrativo dos Gastos Tributários Efetivos”, relativo ao ano imediatamente anterior ao ano de referência do referido Relatório.



RECEITA FEDERAL

Coordenação-Geral de Política Tributária



Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (Gastos Tributários)

2005

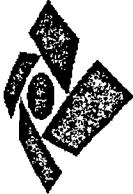
Valores Efetivos

BRASÍLIA – FEVEREIRO 2007



RESUMO

O Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (Gastos Tributários) - Valores Efetivos 2005 - tem como objetivo apresentar os valores efetivos dos gastos governamentais realizados por meio do Sistema Tributário no exercício de 2005.



Receita Federal

Quadro I
GASTOS TRIBUTÁRIOS, POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA, REGIONALIZADO
Valores Efectivos - 2005

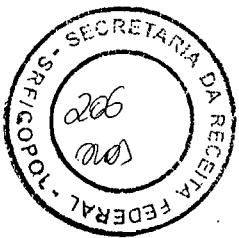
Função Orçamentária	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Legislativa						
Judiciária						
Essencial à Justiça						
Administração						
Defesa Nacional						
Segurança Pública						
Relações Exteriores						
Assistência Social	57.964.204	296.269.367	426.448.793	1.807.432.024	454.541.219	3.042.655.608
Saúde	127.239.912	458.354.498	627.779.527	4.806.238.332	658.438.618	6.678.050.887
Trabalho	93.541.923	687.379.912	558.304.179	2.857.055.837	710.068.436	4.906.350.286
Educação	76.495.502	241.917.076	289.765.800	1.158.197.980	313.070.874	2.079.447.232
Cultura	38.137.725	29.296.125	69.985.529	482.664.084	68.320.785	688.404.249
Direitos da Cidadania	4.382.008	28.792.156	14.054.697	255.467.274	59.991.282	362.687.417
Urbanismo						
Habitação	16.571.412	69.580.798	30.976.048	534.929.572	107.558.150	759.615.980
Saneamento						
Gestão Ambiental						
Ciência e Tecnologia	13.677.396	29.307.558	45.101.128	700.612.211	79.654.276	868.352.569
Agricultura	835.663.257	352.779.800	4.038	358.568	0	1.188.795.663
Organização Agrária	916.304	2.689.894	3.811.491	8.493.561	5.479.250	21.390.500
Indústria	3.758.946.872	2.008.037.766	205.520.632	2.435.940.118	536.911.432	8.945.356.820
Comércio e Serviço	4.572.562.166	551.686.739	388.191.841	3.545.307.450	1.555.177.721	10.612.925.917
Comunicações						
Energia						
Transporte	242.225.391	181.478.355	2.764.738	166.478.352	11.273.576	604.220.412
Desporto e Lazer	4.525.355	21.193.430	42.354.689	144.516.822	39.841.565	252.431.861
Encargos Especiais						
Total	9.842.839.424	4.958.763.476	2.705.063.129	18.903.692.186	4.600.327.183	41.010.685.398
Arrecadação Efetiva	7.055.423.025	21.187.867.373	41.044.002.005	239.855.203.852	37.812.503.746	346.955.000.000



Quadro II
GASTOS TRIBUTÁRIOS, POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA, REGIONALIZADO
Valores Efetivos - 2005

Função Orçamentária	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Em %
						Total
Legislativa						
Judiciária						
Essencial à Justiça						
Administração						
Defesa Nacional						
Segurança Pública						
Relações Exteriores						
Assistência Social	1,91	9,74	14,02	59,40	14,94	100
Saúde	1,91	6,86	9,40	71,97	9,86	100
Trabalho	1,91	14,01	11,38	58,23	14,47	100
Educação	3,68	11,63	13,93	55,70	15,06	100
Cultura	5,54	4,26	10,17	70,11	9,92	100
Direitos da Cidadania	1,21	7,94	3,88	70,44	16,54	100
Urbanismo						
Habitação	2,18	9,16	4,08	70,42	14,16	100
Saneamento						
Gestão Ambiental						
Ciência e Tecnologia	1,58	3,38	5,19	80,68	9,17	100
Agricultura	70,29	29,68	0,00	0,03	0,00	100
Organização Agrária						
Indústria	42,02	22,45	2,30	27,23	6,00	100
Comércio e Serviço	43,08	5,20	3,66	33,41	14,65	100
Comunicações						
Energia						
Transporte	40,09	30,04	0,46	27,55	1,87	100
Desporto e Lazer	1,79	8,40	16,78	57,25	15,78	100
Encargos Especiais						
Total	24,00	12,09	6,60	46,09	11,22	100
Gastos/Arrecadação	139,51	23,40	6,59	7,88	12,17	11,82





Quadro III
GASTOS TRIBUTÁRIOS POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA E POR MODALIDADE DE BENEFÍCIO
 Valores Efetivos - 2005

Função Orçamentária	Benefício Tributário	Valor Efetivo (R\$)	Total (R\$)	%
Legislativa				0,00
Judiciária				0,00
Essencial à Justiça				0,00
Administração				0,00
Defesa Nacional				0,00
Segurança Pública				0,00
Relações Exteriores				0,00
Assistência Social	Dações a Entidades Civis Sem Fins Lucrativos Entidades Sem Fins Lucrativos - Associação Civil Entidades Sem Fins Lucrativos - Filantrópica Deficiente Físico Declarantes com 65 anos ou mais - IRPF	119.068.143 1.380.102.927 831.564.208 12.468.284 699.452.045	3.042.655.608	7,42
Saúde	Despesas Médicas do IRPF Assist. Médica, Odont. e Farm. a Empregados - IRPJ Entidades Sem Fins Lucrativos - Assistência Social Medicamentos	2.037.696.890 1.310.598.078 1.597.554.784 1.732.201.135	6.678.050.887	16,28
Trabalho	Programa de Alimentação do Trabalhador Benefícios Previdenciários FAPI - IRPJ Planos de Poupança e Investimento PAIT - IRPJ Previdência Privada Fechada - IRPJ Aposentadoria p/ moléstia grave ou acidente Trab.- IRPF Pecúlio por morte ou invalidez - IRPF Idenização por rescisão de contrato de trabalho - IRPF	233.570.969 98.543.644 244.342.868 2.126.482.230 1.074.409.939 118.366.235 1.010.634.402	4.906.350.286	11,96
Educação	Despesas com Educação - IRPF Prouni Entidades Sem Fins Lucrativos - Educação Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa	828.192.070 106.737.984 1.124.410.224 20.106.954	2.079.447.232	5,07
Cultura	Programa Nacional de Apoio à Cultura Atividade Audiovisual Entidades Sem Fins Lucrativos - Cultural	438.092.303 131.087.921 119.224.025	688.404.249	1,68
Direitos da Cidadania	Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente Horário Eleitoral Gratuito	108.499.770 254.187.646	362.687.417	0,88
Urbanismo				0,00
Habitação	Operações de Crédito com Fins Habitacionais Associações de Poupança e Empréstimo - IRPJ Caderneta de Poupança - IRPF	273.855.117 6.391.668 479.369.195	759.615.980	1,85
Saneamento				0,00
Gestão Ambiental				0,00
Ciência e Tecnologia	Máquinas e Equipamentos - CNPq PDTI/PDTA Entidades Sem Fins Lucrativos - Científica Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação - IRPJ Inclusão Digital Desp. com Pesquisas Científicas e Tecnológicas - IRPJ	192.393.290 35.314.649 120.683.042 0 ni 519.961.587	868.352.569	2,12
Agricultura	Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental ADA ADENE FINOR FINAM FUNRES Mercadorias destinadas ao Consumo ou Industrialização na ZFM Bens Novos do Ativo Imobilizado de PJ Importadora na ZFM Operações de Créditos - Fundos Constitucionais	562.270.691 253.645.698 310.704.628 42.064.542 19.734.183 357.717 ni ni 18.204	1.188.795.663	2,90
Organização Agrária	Imóvel Rural	21.390.500	21.390.500	0,05
Indústria	Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental Componentes de Embarações Setor Automobilístico ADA ADENE FINOR FINAM FUNRES Operações de Créditos - Fundos Constitucionais Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Informática Mercadorias destinadas ao Consumo ou Industrialização na ZFM Bens Novos do Ativo Imobilizado de PJ Importadora na ZFM Petroquímica	2.504.047.929 ni 802.778.057 1.129.600.021 1.383.709.470 187.332.600 87.885.321 1.593.078 81.071 1.547.492.578 1.300.836.694 ni ni ni	8.945.356.820	21,81



Quadro III
GASTOS TRIBUTÁRIOS POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA E POR MODALIDADE DE BENEFÍCIO
Valores Efetivos - 2005

Função Orçamentária	Benefício Tributário	Valor Efectivo (R\$)	Total (R\$)	%
Comércio e Serviço	Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental	4.369.510,197	10.612.925,917	25,88
	Áreas de Livre Comércio	53.445.407		
	Empreendimentos Turísticos	0		
	Mercadorias destinadas ao Consumo ou Industrialização na ZFM	ni		
Comunicações	Bens Novos do Ativo Imobilizado de PJ Importadora na ZFM	ni	0,00	0,00
	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	6.189.970,313		
Energia	Máquinas e Equipamentos destinados à Impressão de Jornais	ni		
Transporte	Termoeleticidade	ni		
	TAXI	47.373.525	604.220.412	1,47
	Extensão do RECAP aos Estaleiros	ni		
Desporto e Lazer	AFRMM	556.846.887		
	Desporto	73.345	252.431.861	0,62
	Entidades Sem Fins Lucrativos - Recreativa	252.358.516		
Encargos Especiais				0,00
Total		41.010.685,398		100,00

Quadro IV
PRINCIPAIS GASTOS TRIBUTÁRIOS, POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 Valores Efetivos - 2005

Class.	Função Orçamentária	Valor Efetivo (R\$)	Participação (%) no Total dos benefícios
1	Comércio e Serviço	10.612.925,917	25,88
2	Indústria	8.945.356,820	21,81
3	Saúde	6.678.050,887	16,28
4	Trabalho	4.906.350,286	11,96
5	Assistência Social	3.042.655,608	7,42
6	Educação	2.079.447,232	5,07
7	Agricultura	1.188.795,663	2,90
8	Ciência e Tecnologia	868.352,569	2,12
9	Habitação	759.615,980	1,85
10	Cultura	688.404,249	1,68
11	Transporte	604.220,412	1,47
12	Direitos da Cidadania	362.687,417	0,88
13	Desporto e Lazer	252.431,861	0,62
14	Organização Agrária	21.390,500	0,05
	Total dos Benefícios	41.010.685,398	100





Quadro IV A
PRINCIPAIS GASTOS TRIBUTÁRIOS
Valores Efetivos - 2005

Class.	Modalidade	Valor	Participação (%) no Total dos benefícios
1	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES	7.737.462,891	18,87
2	Zona Franca de Manaus	7.608.401,858	18,55
3	Entidades Sem Fins Lucrativos - Isentas / Imunes	7.558.771,623	18,43
4	Desenvolvimento Regional	3.854.150,115	9,40
5	Rendimentos Isentos e NT do IRPF	3.382.231,816	8,25
6	Deduções do Rendimento Tributável do IRPF	2.865.888,960	6,99
7	Benefícios Trabalhador	1.887.055,559	4,60
8	Medicamentos	1.732.201,135	4,22
9	Informática	1.300.836,694	3,17
10	Sector Automobilístico	802.778,057	1,96
11	Pesquisa Científica Tecnológica e Inovação Tecnológica de Produtos	747.766,833	1,82
12	Cultura e Audiovisual	569.180,881	1,39
13	Operações Crédito Habitacional	273.855,117	0,67
14	Horário Eleitoral Gratuito	254.187,646	0,62
15	Doações Instituições de Ensino e Pesquisa e à Entidades Civis Sem Fins Lucrativos	139.175,097	0,34
16	Estatuto da Criança e do Adolescente	108.499,770	0,26
17	Proni	106.737,984	0,26
18	Taxi - Def. Físico	59.841,810	0,15
19	ITR	21.390,500	0,05
20	Operações com Fundos Constitucionais	99.275	0,00
21	Isenção do AFRMM	98.432	0,00
22	Desporto	73.345	0,00
Total dos Benefícios		41.010.685,398	100





Quadro V
CONSOLIDAÇÃO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS POR TIPO DE RECEITA
Valores Efectivos - 2005

	Receita	Valor Efectivo (R\$)	PIB	Participação (%)	
				Receita Administrada	Total dos benefícios
I.	Imposto sobre Importação	1.818.244.618	0,09	0,52	4,43
II.	Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza	18.324.473.242	0,97	5,43	45,90
II.a)	- Pessoa Física	6.274.604.120	0,32	1,81	15,30
II.b)	- Pessoa Jurídica	12.470.328.282	0,64	3,59	30,41
II.c)	- Retido na Fonte	79.540.840	0,00	0,02	0,19
III.	Imposto sobre Produtos Industrializados	8.021.470.482	0,41	2,31	19,56
III.a)	- Operações Internas	6.647.655.387	0,34	1,92	16,21
III.b)	- Vinculado à Importação	1.373.815.095	0,07	0,40	3,35
IV.	Imposto sobre Operações Financeiras	282.436.712	0,01	0,08	0,69
V.	Imposto s/ Propriedade Territorial Rural	21.390.500	0,00	0,01	0,05
VI.	Contribuição Social para o PIS-PASEP	1.235.038.988	0,06	0,36	3,01
VII.	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2.243.736.483	0,12	0,65	5,47
VIII.	Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	8.007.047.488	0,41	2,31	19,52
IX.	Adicional ao Frete p/ Renovação da Marinha Mercante	556.846.887	0,03	0,16	1,36
	Total dos Benefícios	41.010.685.398	2,12	11,82	100,00
	Receita Administrada - SRF	346.955.000.000	17,91	100,00	
	PIB	1.937.598.395.975	100,00		



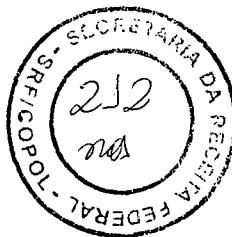


Receita Federal



Quadro VI
CONSOLIDAÇÃO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS POR RECEITA E MODALIDADE DE BENEFÍCIO
Valores Efetivos - 2005

Receita	Valor Efetivo (R\$)	Participação (%)			Total dos benefícios
		PIB	Receita Administrada	...	
I. Imposto sobre Importação	1.818.244.618	0,09	0,52	4,43	
1. Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental (Inclusive Bagagem)	1.200.228.128	0,06	0,35	2,93	
2. Áreas de Livre Comércio	4.198.640	0,00	0,00	0,01	
3. Máquinas e Equipamentos - Aquisições do CNPq	127.908.561	0,01	0,04	0,31	
4. Componentes de Embarcações	
5. Empresas Montadoras	485.862.457	0,03	0,14	1,18	
6. Desporto	46.832	0,00	0,00	0,00	
II. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	18.824.473.242	0,97	5,43	45,90	
II.a) Pessoa Física	6.274.604.120	0,32	1,81	15,30	
1. Rendimentos Isentos e Não Tributáveis	3.382.231.816	0,17	0,97	8,25	
1.1 Idenização por rescisão de contrato de trabalho	1.010.634.402	0,05	0,29	2,46	
1.2 Declarantes com 65 anos ou mais	699.452.045	0,04	0,20	1,71	
1.3 Pecúlio por morte ou invalidez	118.366.235	0,01	0,03	0,29	
1.4 Aposentadoria p/ moléstia grave ou acidente de trabalho	1.074.409.939	0,06	0,31	2,62	
1.5 Caderneta de poupança	479.369.195	0,02	0,14	1,17	
2. Deduções do Rendimento Tributável	2.865.888.960	0,15	0,83	6,99	
2.1 Despesas Médicas	2.037.696.890	0,11	0,59	4,97	
2.2 Despesas com Educação	828.192.070	0,04	0,24	2,02	
3. Deduções do Imposto Devido	26.483.344	0,00	0,01	0,06	
3.1 Programa Nacional de Apoio à Cultura	1.934.071	0,00	0,00	0,00	
3.2 Atividade Audiovisual	488.178	0,00	0,00	0,00	
3.3 Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente	24.061.095	0,00	0,01	0,06	
II.b) Pessoa Jurídica	12.470.328.282	0,64	3,59	30,41	
1. Desenvolvimento Regional	3.077.659.817	0,16	0,89	7,50	
1.1 ADENE	1.694.414.098	0,09	0,49	4,13	
1.2 ADA	1.383.245.719	0,07	0,40	3,37	
2. Fundos de Investimentos	338.967.442	0,02	0,10	0,83	
2.1 FINOR	229.397.142	0,01	0,07	0,56	
2.2 FINAM	107.619.504	0,01	0,03	0,26	
2.3 FUNRES	1.950.796	0,00	0,00	0,00	
3. Desenvolvimento de Empreendimentos Turísticos	0	0,00	0,00	0,00	
4. Programa de Alimentação do Trabalhador	233.570.969	0,01	0,07	0,57	
5. Programa Nac. de Apoio à Cultura e Atividade Audiovisual	491.366.133	0,03	0,14	1,20	
5.1 Apoio à Cultura	436.158.232	0,02	0,13	1,06	
5.2 Atividade Audiovisual	55.207.902	0,00	0,02	0,13	
6. Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	84.438.675	0,00	0,02	0,21	
7. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	3.174.914.611	0,16	0,92	7,74	
8. PDTI/PDTA	28.165.650	0,00	0,01	0,07	
9. Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa	14.784.525	0,00	0,00	0,04	
10. Doações a Entidades Civis sem fins Lucrativos	87.550.674	0,00	0,03	0,21	
11. Horário Eleitoral Gratuito	254.187.646	0,01	0,07	0,62	
12. Assistência Médica, Odont. e Farmacêutica a Empregados	1.310.598.078	0,07	0,38	3,20	
13. Benefícios Previdênciários a Empregados e Fundo de Aposentadoria Individual-FAPI	98.543.644	0,01	0,03	0,24	
14. Planos de Poupança e Investimento - PAIT	244.342.868				
15. Despesas com Pesquisas Científicas e Tecnológicas	519.961.587	0,03	0,15	1,27	
16. Entidades Sem Fins Lucrativos	2.486.438.034	0,13	0,72	6,06	
16.1 Imunes	1.030.061.338	0,05	0,30	2,51	
a) Educação	472.691.804	0,02	0,14	1,15	
b) Assistência Social	557.369.534	0,03	0,16	1,36	
16.2 Isentas	1.456.376.696	0,08	0,42	3,55	
a) Associação Civil	374.658.446	0,02	0,11	0,91	
b) Cultural	38.664.277	0,00	0,01	0,09	
c) Previdência Privada Fechada	607.404.953	0,03	0,18	1,48	
d) Filantrópica	319.158.816	0,02	0,09	0,78	
e) Recreativa	67.501.319	0,00	0,02	0,16	
f) Científica	42.597.218	0,00	0,01	0,10	
g) Associações de Poupança e Empréstimo	6.391.668	0,00	0,00	0,02	



Quadro VI
CONSOLIDAÇÃO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS POR RECEITA E MODALIDADE DE BENEFÍCIO
Valores Efetivos - 2005

Receita	Valor Efetivo (R\$)	Participação (%)		
		PIB	Receita Administrada	Total dos benefícios
17. Pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de produtos.	0	0,00	0,00	0,00
18. PROUNI	24.837.929	0,00	0,01	0,06
II.c) Retido na Fonte	79.540.840	0,00	0,02	0,19
1. PDTI/PDTA	4.148.999	0,00	0,00	0,01
2. Atividade Audiovisual	75.391.841	0,00	0,02	0,18
3. Associações de Poupança e Empréstimo	n.i
III. Imposto sobre Produtos Industrializados	8.021.470.482	0,41	2,31	19,56
III.a) Operações Internas	6.647.655.387	0,34	1,92	16,21
1. Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental	4.931.276.117	0,25	1,42	12,02
2. Áreas de Livre Comércio	45.767.486	0,00	0,01	0,11
3. Embarcações	n.i
4. PDTI/PDTA	1.500.000	0,00	0,00	0,00
5. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	n.i
6. Setor Automobilístico	316.915.600	0,02	0,09	0,77
6.1 Empreendimentos Industriais nas áreas de atuação da ADENE e ADA.	293.611.200	0,02	0,08	0,72
6.2 Montadoras e Fabricantes de veículos automotores instalados nas regiões NO, NE e CO.	23.304.400	0,00	0,01	0,06
7. Transporte Autônomo - TAXI	40.206.645	0,00	0,01	0,10
8. Automóveis para Portadores de Deficiência Física	11.152.844	0,00	0,00	0,03
9. Informática	1.300.836.694	0,07	0,37	3,17
10. Desporto	n.i
III.b) Vinculado à Importação	1.373.815.095	0,07	0,40	3,35
1. Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental (inclusive bagagem)	1.304.324.572	0,07	0,38	3,18
2. Áreas de Livre Comércio	3.479.281	0,00	0,00	0,00
3. Máquinas e Equipamentos - Aquisições do CNPq	64.484.729	0,00	0,02	0,16
4. Componentes de Embarcações	n.i
5. PDTI/PDTA	1.500.000	0,00	0,00	0,00
6. Desporto	26.513	0,00	0,00	0,00
IV. Imposto sobre Operações Financeiras	282.436.712	0,01	0,08	0,69
1. PDTI/PDTA	0	0,00	0,00	0,00
2. Operações de crédito com fins habitacionais	273.855.117	0,01	0,08	0,67
3. Operações crédito recursos Fundos Constitucionais	99.275	0,00	0,00	0,00
4. Operações crédito aquisição automóveis destinados:	8.482.320	0,00	0,00	0,02
4.1 Transporte autônomo de passageiros - (TAXI)	7.166.880	0,00	0,00	0,02
4.2 Pessoas portadoras de deficiência física	1.315.440	0,00	0,00	0,00
5. Desenvolvimento Regional	n.i
V. Imposto s/ Propriedade Territorial Rural	21.390.500	0,00	0,01	0,05
VI. Contribuição Social para o PIS-PASEP	1.235.038.988	0,06	0,36	3,01
1. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	912.370.737	0,05	0,26	2,22
2. Embarcações	n.i
3. Medicamentos	303.135.199	0,02	0,09	0,74
4. Termoelétricidade	n.i
5. Petroquímica	n.i
6. PROUNI	19.533.051	0,00	0,01	0,05
7. Informática-Programa de Inclusão Digital "Computador para Todos"	n.i
8. Máquinas e Equipamentos destinados à Impressão de Jornais	n.i
9. Mercadorias destinadas ao Consumo ou Industrialização na ZFM	n.i
10. Bens Novos do Ativo Imobilizado de PJ Importadora na ZFM	n.i
11. Extensão do RECAP aos Estaleiros	n.i

Quadro VI
CONSOLIDAÇÃO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS POR RECEITA E MODALIDADE DE BENEFÍCIO
Valores Efetivos - 2005

Receita	Valor Efetivo (R\$)	Participação (%)		
		PIB	Receita Administrada	Total dos benefícios
VII. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2.243.736.483	0,12	0,65	5,47
1. Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa	5.322.429	0,00	0,00	0,01
2. Doações a Entidades Civis sem fins Lucrativos	31.517.469	0,00	0,01	0,08
3. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	853.642.312	0,04	0,25	2,08
4. Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica de Produtos.	0	0,00	0,00	0,00
5. Entidades Sem Fins Lucrativos	1.342.676.538	0,07	0,39	3,27
5.1 Imunes	557.666.667	0,03	0,16	1,36
a) Educação	255.911.423	0,01	0,07	0,62
b) Assistência Social	301.755.244	0,02	0,09	0,74
5.2 Isentas	785.009.871	0,04	0,23	1,91
a) Associação Civil	202.836.976	0,01	0,06	0,49
b) Cultural	20.932.519	0,00	0,01	0,05
c) Previdência Privada Fechada	328.844.005	0,02	0,09	0,80
d) Filantrópica	172.789.936	0,01	0,05	0,42
e) Recreativa	36.544.654	0,00	0,01	0,09
f) Científica	23.061.780	0,00	0,01	0,06
6. PROUNI	10.577.734	0,00	0,00	0,03
VIII. Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	8.007.047.488	0,41	2,31	19,52
1. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	2.796.535.231	0,14	0,81	6,82
2. Embarcações	ni
3. Medicamentos	1.429.065.936	0,07	0,41	3,48
4. Termoelétricidade	ni
5. Petroquímica	ni
6. Entidades Sem Fins Lucrativos	3.729.657.051	0,19	1,07	9,09
6.1 Imunes	1.134.237.002	0,06	0,33	2,77
a) Educação	395.806.996	0,02	0,11	0,97
b) Assistência Social	738.430.006	0,04	0,21	1,80
6.2 Isentas	2.595.420.049	0,13	0,75	6,33
a) Associação Civil	802.607.505	0,04	0,23	1,96
b) Cultural	59.627.229	0,00	0,02	0,15
c) Previdência Privada Fechada	1.190.233.271	0,06	0,34	2,90
d) Filantrópica	339.615.456	0,02	0,10	0,83
e) Recreativa	148.312.543	0,01	0,04	0,36
f) Científica	55.024.045	0,00	0,02	0,13
7. PROUNI	51.789.270	0,00	0,01	0,13
8. Informática-Programa de Inclusão Digital "Computador para Todos"	ni
9. Máquinas e Equipamentos destinados à Imprensa de Jornais	ni
10. Mercadorias destinadas ao Consumo ou Industrialização na ZFM	ni
11. Bens Novos do Ativo Imobilizado de PJ Importadora na ZFM	ni
12. Extensão do RECAP aos Estaleiros	ni
IX. Adicional ao Frete p/ Renovação da Marinha Mercante	556.846.887	0,03	0,16	1,36
1. Doações	98.432	0,00	0,00	0,00
2. Zona Franca de Manaus	119.127.634	0,01	0,03	0,29
3. Pesquisas Científicas	97.307	0,00	0,00	0,00
4. Eventos culturais e artísticos	657	0,00	0,00	0,00
5. Construção Naval	0	0,00	0,00	0,00
6. Desenvolvimento Regional	437.522.857	0,02	0,13	1,07
Total dos Benefícios	41.010.685.398	2,12	11,82	100,00
Receita Administrada - SRF	346.955.000.000	17,91	100,00	
PIB	1.937.598.395.975	100,00		



Quadro VII
DISCRIMINAÇÃO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS, REGIONALIZADOS E POR RECEITA
Valores Efetivos - 2005

Receita	Valor Efetivo (R\$)	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Em R\$ 1,00
							98.958.869
I. Imposto sobre Importação	1.818.244.618	1.206.752.684	8.195.422	6.542.732	497.794.912		
II. Imposto s/ a Renda e Proventos de qualquer natureza	18.824.473.242	3.602.727.228	1.357.652.567	9.553.068.760	2.422.954.257		
II.a) - Pessoa Física	6.274.504.120	193.947.147	830.339.825	471.572.605	3.862.180.706	916.563.838	
II.b) - Pessoa Jurídica	12.470.328.282	1.665.884.795	2.771.742.876	883.938.984	5.648.717.753	1.500.043.874	
II.c) - Recido na Fonte	79.540.840	28.238.488	644.527	2.140.978	42.170.301	6.346.546	
III. Imposto sobre Produtos Industrializados	8.021.470.482	6.289.257.012	311.041.735	115.572.161	1.236.396.918	69.202.657	
III.a) - Operações Internas	6.647.655.387	4.980.239.638	307.859.398	112.158.561	1.183.065.458	64.332.351	
III.b) - Vinculado à Importação	1.373.815.095	1.309.017.374	3.182.337	3.413.599	53.331.479	4.870.306	
IV. Imposto sobre Operações Financeiras	282.436.712	9.128.863	14.451.727	8.801.913	225.820.036	24.234.173	
V. Imposto s/ Propriedade Territorial Rural	21.390.500	916.304	2.689.894	3.811.491	8.493.561	5.479.250	
VI. Contribuição Social para o PIS-PASEP	1.235.038.988	24.049.137	84.603.186	69.919.209	822.383.366	234.084.090	
VII. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2.243.736.483	45.861.895	191.550.064	287.256.229	1.289.583.652	429.484.643	
VIII. Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	8.007.047.488	139.768.217	573.060.636	855.506.828	5.128.801.125	1.309.910.681	
IX. Adicional ao Frete p/ Renovação da Marinha Mercante	556.846.887	239.034.885	170.443.584	0	141.349.854	6.018.563	
Total	41.010.685.398	9.842.839.424	4.958.763.476	2.705.063.129	18.903.692.186	4.600.327.183	

254
SCU

RECEITA FEDERAL - SECRETARIA DA Fazenda



Quadro VIII
DISCRIMINAÇÃO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS, REGIONALIZADOS E POR RECEITA
Valores Efetivos - 2005

Receita	Valor Efetivo (R\$)	Participação Percentual por Região					Total
		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
I. Imposto sobre Importação	1.818.244.618	66,37	0,45	0,36	27,38	5,44	100,00
II. Imposto s/ a Renda e Proventos de qualquer natureza							
II.I) - Pessoa Física	18.824.473.242	10,03	19,14	7,21	50,75	12,87	100,00
II.II) - Pessoa Jurídica	6.274.604.120	3,09	13,23	7,52	61,55	14,61	100,00
II.III) - Retido na Fonte	12.470.328.282	13,36	22,23	7,09	45,30	12,03	100,00
III. Imposto sobre Produtos Industrializados	79.540.840	35,50	0,81	2,69	53,02	7,98	100,00
III.I) - Operações Internas	8.021.470.482	78,41	3,88	1,44	15,41	0,86	100,00
III.II) - Vinculado à Importação	6.647.655.387	74,92	4,63	1,69	17,80	0,97	100,00
IV. Imposto sobre Operações Financeiras	1.373.815.095	95,28	0,23	0,25	3,88	0,35	100,00
V. Imposto s/ Propriedade Territorial Rural	282.436.712	3,23	5,12	3,12	79,95	8,58	100,00
VI. Contribuição Social para o PIS-PASEP	21.390.500	4,28	12,58	17,82	39,71	25,62	100,00
VII. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	1.235.038.988	1,95	6,85	5,66	66,59	18,95	100,00
VIII. Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	2.243.736.483	2,04	8,54	12,80	57,47	19,14	100,00
IX. Adicional ao Frete p/ Renovação da Marinha Mercante	8.007.047.488	1,75	7,16	10,68	64,05	16,36	100,00
Total dos Benefícios	556.846.887	42,93	30,61	0,00	25,38	1,08	100,00
	41.010.685.398	24,00	12,09	6,60	46,09	11,22	100

